

Fundação Casa de Rui Barbosa

Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos

Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Bruna Martoni Mansur Reis

Implicações do direito autoral em acervos fotográficos: o acervo Mauro Thibau

Rio de Janeiro

2022

Implicações do direito autoral em acervos fotográficos: o acervo Mauro Thibau

Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 2: Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial.

Orientador: Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto

Rio de Janeiro

2022



CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

R375i Reis, Bruna Martoni Mansur
Implicações do direito autoral em acervos fotográficos: o acervo Mauro Thibau / Bruna Martoni Mansur Reis – Rio de Janeiro, 2022.
101 p.: il., color

Orientador: Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto.
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2022.

I. Memória. 2. Arquivos pessoais. 3. Mauro Thibau. Arquivo 4. Fotografia. Digitalização. 5. Direito autoral. 6. Preservação digital I. Silva Neto, José Almino de Alencar. II. Título.

CDD: 025.8677075

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Raquel Cristina da Silva Tiellet Oliveira.
CRB 6557

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Bruna Martoni Mansur Reis 22 / 03 / 2022

Assinatura

Data

Bruna Martoni Mansur Reis

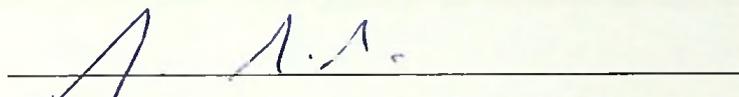
Implicações do direito autoral em acervos fotográficos: o acervo Mauro Thibau

Texto apresentado como requisito para qualificação no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 2: Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial.

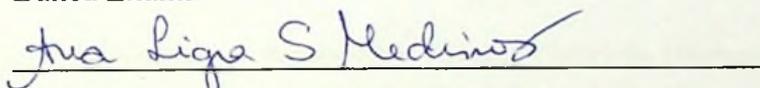
Aprovado em 22 de março de 2022.

Orientadores:

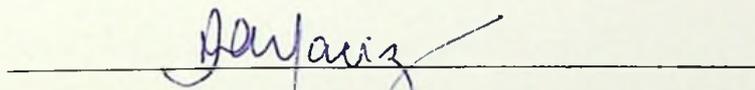


Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto
(Orientador)
FCRB

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Ana Lígia Medeiros
FCRB



Prof. Dra. Anna Carla Almeida Mariz
UNIRIO

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

À minha família que mais uma vez me deu todo suporte e amor durante o processo, em especial meu sobrinho Benjamin. Você ilumina minha vida.

Às minhas professoras e professores do programa, que me incentivaram a dar continuidade aos estudos, expandindo minha mente para a importância de contribuir para a pesquisa no país.

À Memória da Eletricidade e sua equipe, que deu apoio e abriu seu acervo acreditando no potencial da presente pesquisa.

Às minhas companheiras de profissão e amigas, minha gerente Amanda Carvalho pelo incentivo e apoio nos estudos sendo minha inspiração profissional, à historiadora Manuela Pereira por estar ao meu lado em todo o processo sempre de mãos dadas e a bibliotecária Stephanie Costa que me ofereceu a amizade e esteve à disposição para ajudar em toda e qualquer questão me mostrando o amplo universo da biblioteconomia. É uma honra trabalhar com vocês.

À doutora Ana Maria, por sempre andar lado a lado comigo.

Aos meus companheiros de classe, especialmente Beatriz Cunha, Carina Tomaz, Gabriel Vabo e Walquíria Raizer.

A todos os amigos, especialmente: Bruna São Thiago, Gabriela Barbosa, Lucas Rodrigues, Marina Valentim, Nathália Basil, Rafaela Matriciano, Vanessa Baranda.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), pela oportunidade de expandir meus conhecimentos, com professores inspiradores e competentes os quais eu tive o prazer de conhecer.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto, pela contribuição e disponibilidade em um momento tão complicado pelo qual passamos, consequência da Covid-19, desenvolvendo e apoiando a pesquisa.

Às professoras da Banca Examinadora, Prof^a Dr^a Ana Lígia Medeiros e a Prof^a Dr^a Anna Carla Almeida Mariz, por terem aceitado meu convite e pela contribuição de excelência para minha pesquisa.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

Pierre Nora. *Entre memória e história.*

RESUMO

REIS, Bruna Martoni Mansur. *Implicações do direito autoral em acervos fotográficos: o acervo Mauro Thibau*. Rio de Janeiro. 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho analisa as implicações da divulgação das fotografias do arquivo pessoal do engenheiro e político, Mauro Thibau no contexto do ambiente virtual. Percebida a crescente evolução que a *internet* tem na sociedade, as instituições tem buscado se adequar ao mundo virtual entendendo-o como mais um espaço de divulgação, no que tange o acesso e uso de acervos. O trabalho apresenta um panorama sobre o histórico da instituição custodiadora do acervo, Memória da Eletricidade, assim como a situação atual de seus acervos. Relata sobre o contexto de aquisição do Acervo do Mauro Thibau e as decisões de tratamento estabelecido no arquivo pessoal proposto. É realizada a análise do documento fotográfico em diferentes esferas. Identifica os instrumentos legais que tratam os direitos autorais, como o direito de propriedade, de imagem e patrimoniais, relacionados aos acervos fotográficos. Analisa as possibilidades de difusão das imagens, de acordo com as normas estabelecidas na Legislação Brasileira em ambientes digitais. E busca estabelecer diretrizes para boas práticas de difusão de acervos desta natureza na *web*.

Palavras-chave: Memória. Arquivos pessoais. Arquivos fotográficos. Direito autoral. Ambientes digitais. Mauro Thibau.

ABSTRACT

REIS, Bruna Martoni Mansur. *Implications of copyright in photographic collections: the Mauro Thibau Collection*. Rio de Janeiro. 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2022.

This paper analyzes the implications of the dissemination of photographs from the personal archive of the engineer and politician Mauro Thibau in the context of the virtual environment. Realizing the growing evolution that the internet has in society, institutions have sought to adapt to the virtual world, understanding it as another space for dissemination, regarding the access and use of collections. The paper presents an overview of the history of the custodian institution of the collection, Memória da Eletricidade, as well as the current situation of its collections. It reports on the context of acquisition of the Mauro Thibau Collection and the treatment decisions established in the proposed personal archive. The analysis of the photographic document in different spheres is carried out. It identifies the legal instruments that deal with copyright, such as property, image and patrimonial rights, related to photographic collections. It analyzes the possibilities of image dissemination, according to the norms established in the Brazilian Legislation in digital environments. And seeks to establish guidelines for good practices of diffusion of collections of this nature on the web.

Keywords: Memory. Personal archives. Photographic archives. Copyright. Digital environments. Mauro Thibau.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mauro Thibau e sua esposa Palmira Branco Thibau viajando em ocasião do Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica	60
Quadro 2 – Imagem de mulher indígena com seu filho no colo sendo amamentado	61
Quadro 3 – Castello Branco e o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner no contexto de viagem de relações internacionais de Itaipu	62
Quadro 4 – Presidente Castello Branco cercado por crianças	63
Quadro 5 – Visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, e comitiva, à Usina Hidrelétrica Boa Esperança, durante a sua construção	65
Quadro 6 – Visita de Mauro Thibau, na qualidade de ministro das Minas e Energia em aldeia Inomâni, para apurar denúncias relativas à prospecção mineral ilegal por missionários nortes americanos	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Site antigo da Memória da Eletricidade	25
Figura 2 – Local de acesso do acervo no antigo site da Memória da Eletricidade vinculado ao sistema SophiA	26
Figura 3 – Ferramenta de busca do novo site	27
Figura 4 – Fluxograma criado para a organização dos acervos da instituição, com os tipos documentais e assuntos de busca	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABCE	Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACESA	Acesa Energia S.A.
AEDENNE	Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Norte, Nordeste e Centro Oeste
Amforp	American & Foreign Power Company
Bemge	Banco do Estado de Minas Gerais
Cacex	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.
Caeab	Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
Celf	Centrais Elétricas Fluminenses S.A.
Cemig	Centrais Elétricas de Minas Gerais e Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DE	Dimensão Expressiva
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDF	Electricité de France
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
Escelsa	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDA	Lei de Direito Autoral
Light	Light Serviços de Eletricidade S.A.
Memória da Eletricidade	Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
MME	Ministério das Minas e Energia / Ministério de Minas e Energia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: A CRIAÇÃO	18
1.1 Memória da Eletricidade atualmente	21
1.2 Acervo da Memória da Eletricidade	23
1.3 O site institucional	24
1.4 Contexto de aquisição e adequação às políticas institucionais: arquivo Mauro Thibau	28
2 MAURO THIBAU: UM POUCO DE BIOGRAFIA	35
2.1 Características do Acervo Mauro Thibau	39
2.2 Contextualizando os arquivos pessoais	42
3 ANÁLISE DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO	46
3.1 A fotografia como documento arquivístico	47
3.2 A fotografia e a memória coletiva	50
4 A FOTOGRAFIA E AS IMPLICAÇÕES AUTORAIS	52
4.1 O que é a LDA?	52
4.2 As fotografias de Mauro Thibau na web	56
5 MAPEAMENTO DE FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO MAURO THIBAU	58
5.1 Análise quantitativa das fotografias do arquivo pessoal Mauro Thibau	58
5.2 Análise qualitativa das fotografias selecionadas	63
PRODUTO: MANUAL DE BOAS PRÁTICAS	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

APÊNDICE 1: TRANSCRIÇÃO DO DEPOIMENTO CEDIDO PELA GERENTE DE ACERVO E PESQUISA.....	85
ANEXO 1: CARTA DE INTERESSE DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE	98

INTRODUÇÃO

Os arquivos fotográficos possuem grande relevância em instituições de salvaguarda de acervos. A preservação dos documentos iconográficos e a disseminação da história do item documental, contribuem sobremaneira para a construção e empoderamento do conhecimento. É a partir da preservação, primordialmente, que se constrói a memória, revisitando o passado, e proporcionando o desenvolvimento de diversas narrativas, que se encontram presentes nas entidades de memória. Ao longo dos anos, a tecnologia se tornou uma grande aliada na divulgação da história e da memória. Os ambientes virtuais tem se apresentado como ferramenta para a “democratização” do saber, para quem detêm os meios de acessá-la. Nesse sentido, historiadores, arquivistas, bibliotecários e documentalistas têm se deparado com a internet enquanto um espaço que necessita de ferramentas para a organização e a difusão dos acervos, sempre à procura de diretrizes que norteiem o trabalho desses profissionais.

Desse modo, a presente pesquisa, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, desenvolve, por meio da caracterização das fotografias do arquivo pessoal do engenheiro e político Mauro Thibau custodiado pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, o estudo acerca da sua difusão em plataforma e sistema digital. Privilegiou-se a identificação da melhor forma conceder ao usuário o acesso e uso da documentação, respeitando a proteção autoral que as envolvem.

Acredita-se que o trabalho desenvolvido contribuirá para a linha de pesquisa na qual o tema se encontra “Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial”. O foco do estudo e análises aqui realizadas, tem como objetivo final promover a difusão, acesso e uso do patrimônio documental de uma instituição cultural. O acervo proposto reflete a preservação da memória e do patrimônio da história do Brasil, e as relações entre direito e memória.

O Centro da Memória da Eletricidade é uma instituição de preservação de memória, instituída em 1986, em meio ao processo de redemocratização do país. Com o objetivo de ser um local de referência para pesquisa com fontes documentais sobre o setor elétrico e a história do Brasil, o centro aumentou seu escopo de atuação, ao tornar-se um centro de memória e receber diversos documentos de proveniência pessoal, de técnicos e dirigentes que atuaram no setor de energia elétrica brasileiro. Dessa forma, além do espaço físico que ocupa, a Memória da Eletricidade tem desempenhado esforços em disponibilizar seu acervo, em ambiente digital,

através do seu site, desenvolvido em meados de 2020 e até hoje, alimentado. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, c2022)

O acervo proposto para análise pertenceu ao engenheiro e político Mauro Thibau. A doação reflete a partir dos registros presentes na documentação textual e iconográfica, a trajetória do titular, durante sua atuação no Ministério das Minas e Energia, junto ao governo de Humberto Castello Branco. Doado em 1992 a Memória da Eletricidade, o acervo não possui informações suficientes sobre o seu processo de aquisição, o que conseqüentemente dificulta sua formalização, do ponto de vista da legislação autoral.

Como canal de divulgação, as fotografias que pertencem ao arquivo pessoal citado serão disponibilizadas no site da instituição, buscando contribuir para pesquisa por meio do uso das imagens na internet.

A análise do contexto de aquisição do arquivo particular, assim como a adequação às políticas da instituição custodiadora, auxiliou no entendimento de como a Memória da Eletricidade lida com o referido acervo. Somado a essa análise, é de grande relevância compreender a biografia do titular e traçar as características do conjunto documental.

A escolha pelo enfoque na divulgação das fotografias de um arquivo pessoal na internet se deu a partir da experiência de trabalho na Memória da Eletricidade e as questões em relação ao trabalho de difusão, presentes no acervo do titular. A pesquisa desenvolvida em acervos fotográficos está relacionada a uma série de questões quanto ao seu uso. Os profissionais que atuam com esses conjuntos documentais se deparam com proteção autoral dos mesmos, visto que esse tipo de material envolve além do direito do titular do acervo, outros direitos (de imagem, moral e patrimonial), resultando muitas das vezes em dúvidas e questionamentos sobre os limites e a maneira correta de conceder o uso das fotografias ao público.

Curadores, produtores, documentalistas e arquivistas defrontam-se, em seu cotidiano, com um direito autoral que impede uma série de atividades que pretendem realizar, que aparece como ameaçador e, sobretudo, opaco e obscuro. A ausência, na grande maioria das instituições, de profissionais dedicados a resolver questões de direitos autorais é também um desafio estrutural. (VALENTE; FREITAS, 2017, p. 8)

Mais um fator que contribuiu para o tema da pesquisa, foi o fato do arquivo do titular, Mauro Thibau, apresentar a maior complexidade em relação à produção e acumulação das imagens. Ao encontrar caminhos possíveis para a difusão deste acervo específico, pode-se aplicar os conhecimentos da presente pesquisa, em outros casos semelhantes.

As imagens que compõem o arquivo pessoal e que aqui são objeto de estudo, devem ser analisadas em toda a sua complexidade, entendendo que estão inseridas no contexto particular, mas que representam o público, fato que contribui ainda mais para o questionamento sobre a maneira de conceder uso e acesso na internet.

Dentre as fotografias, a maior parte do conjunto documental reflete a atuação do titular em empresas do setor de energia e na vida pública. Vale ressaltar também, que nem todas as imagens tem um produtor identificado, ou seja, não necessariamente foram produzidas pelo engenheiro, mas sim, acumuladas pelo mesmo.

A abordagem metodológica utilizada na presente pesquisa foi a análise qualitativa, que seguiu quatro etapas: levantamento e análise bibliográfica do referencial teórico necessário para fundamentação da pesquisa; análise da documentação em questão e coleta de dados, como entrevista de história oral; investigação das implicações que a legislação autoral possui sobre a documentação, assim como o processo de difusão na *web*.

A primeira etapa da pesquisa consistiu no histórico e entendimento da instituição custodiadora das fotografias aqui estudadas. A ideia é entender a história do processo de aquisição do fundo proposto, como ele foi tratado e o futuro da documentação com a ampliação da divulgação do acervo em ambiente digital, ou seja, no site da instituição.

Posteriormente foi realizado o levantamento da trajetória histórica de Mauro Thibau com o propósito biográfico de conhecer a personalidade e a relevância de seu acervo. Para a produção desse conteúdo, foi utilizada a documentação do engenheiro e político, somada ao depoimento que o mesmo concedeu à Memória da Eletricidade.

O debate acerca dos arquivos pessoais dentro da teoria arquivística também foi traçado, visando entender o material estudado para a realização da pesquisa.

O estudo sobre a fotografia foi necessário, debruçando-se na bibliografia especializada no tema, com o fim de entender as especificidades do documento, suas múltiplas interpretações e finalidades para pesquisa. Da mesma forma, o estudo da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, e a leitura das produções sobre as implicações da divulgação de acervos na web foram investigados.

Uma análise das fotografias foi realizada e o mapeamento das problemáticas que aparecem em relação a sua custódia e no que tange seus direitos autorais, por meio de uma tabela com informações precisas sobre as imagens. É importante ressaltar a importância da difusão dessas imagens para a pesquisa tanto do setor elétrico, quanto da História do Brasil, além da grande relevância da divulgação na contribuição para as pesquisas.

Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se uma revisão de literatura dos últimos cinco anos e dos principais nomes que desenvolvem pesquisas com as temáticas dos três pilares que orientam o estudo: os arquivos pessoais, o estudo da fotografia e a legislação autoral. A leitura se baseou em livros, artigos, teses e dissertações que se dedicaram e embasaram os temas aqui propostos.

Tendo como recorte um acervo da Memória da Eletricidade, destacou-se inicialmente o histórico da instituição relacionando a definição e atuação de centros de memória no Brasil. Para o embasamento desse conceito, foram utilizadas as pesquisadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, que juntas publicaram o livro *Centros de memória: uma proposta de definição*, pela editora Sesc Edições, em 2015.

O estudo a respeito dos arquivos pessoais, contou com os autores Lucia Maria Velloso Oliveira, Luciana Heymann, Richard Cox.

Em relação ao estudo da fotografia, teve o suporte, na literatura com estudo de grandes obras de especialistas dos registros dentro de arquivos pessoais, como propõe Aline Lacerda, Borris Kossoy, Anna Carla Mariz, Vera Boccato, Regina Fujita, Susan Sontag.

No que tange à proteção autoral do acervo fotográfico de Mauro Thibau, e as medidas que devem ser tomadas foi utilizada a bibliografia das autoras Marina Giorgetti Valente e Bruna Castanheira de Freitas, que trazem o debate de como os acervos das instituições de memória podem conceder o acesso ao conhecimento, colaborando com a preservação por meio do desenvolvimento das tecnologias digitais, assim como as dificuldades que surgem através da digitalização de acervos. Ainda na linha teórica do direito autoral, também foram analisadas as produções de Sérgio Branco, e a legislação brasileira.

Como último passo para a conclusão dessa pesquisa, foram selecionadas fotografias que recortam as problemáticas e situações de implicação autoral, na disponibilização das imagens do arquivo Mauro Thibau, no sítio da instituição de custódia. Lançar luz em casos específicos que se mostram repetidamente dentro da massa documental, ajuda a identificar e solucionar questões. Para isso, a elaboração de diretrizes de boas práticas na divulgação de fotografias em ambientes virtuais se consolidará a fim de nortear o trabalho desenvolvido em instituição de guarda de acervos e na difusão dos mesmos na *web*, realizando a análise de fotografias selecionadas e utilizando a metodologia da autora Johanna Smit e seus conhecimentos como referência. A partir de exemplos encontrados no desenvolvimento da presente pesquisa, pretende-se compartilhar o processo de virtualização da documentação com outros profissionais e propor soluções e boas práticas de acesso e uso dentro do site da Memória da Eletricidade.

Concluindo, acredita-se que esse trabalho contribuirá não somente para a discussão teórico-metodológica em torno das divulgação das fotografias no contexto pessoal, na “rede”, assim como as implicações autorais, questão que vem ao longo dos anos se solidificando no campo da pesquisa em torno de acervos, como possibilitará a reflexão sobre políticas de difusão de fontes e produzirá um produto técnico-científico que irá auxiliar no processo de incorporação desses arquivos na internet, por meio de procedimentos previamente estudados e que respeitem todos os agentes envolvidos juridicamente. A complexidade de fazer com que as fotografias cumpram o seu papel informativo sem ferir os direitos autorais tem sido assunto de preocupação entre os profissionais da área, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias digitais e as novas formas de disponibilização do uso desses acervos fotográficos.

1 MEMÓRIA DA ELETRICIDADE: A CRIAÇÃO

Neste tópico será apresentada a origem da instituição que faz a custódia do acervo aqui estudado. Esse resgate histórico auxiliará na compreensão da missão institucional e da constituição da documentação no centro de memória.

O Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade é uma instituição sem fins econômicos, criada em 1986, para pesquisar, preservar e disseminar a história da implantação e do desenvolvimento da energia elétrica no Brasil. Com caráter singular, o contexto do seu escopo de atuação, direcionado às empresas do setor elétrico nacional e também às diversas instituições de pesquisa e preservação. Possuindo grande experiência no atendimento de pesquisas (tanto de pesquisadores, quanto de empresas), na elaboração de projetos ligados a gestão de acervos e memória, recentemente a instituição ampliou seu escopo para a gestão do conhecimento e difusão da informação, principalmente com a atualização de seu *website*. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, c2022). Como referencial teórico para compreender a história da instituição, serão citados os pesquisadores Amanda Carvalho Santos e Raphael Bahia do Carmo, ambos com experiência em produções científicas sobre o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil.

Enquanto centro de memória, apresenta características de um espaço de guarda de fontes documentais, tendo como traço fundamental a expertise em trabalhos de preservação e gestão de acervos de diferentes naturezas. Sua equipe profissional tem caráter multidisciplinar, com profissionais gabaritados na área de documentação (arquivistas e bibliotecários) e pesquisadores especializados na história do setor de energia elétrica, temática que rege as atividades institucionais. Segundo a pesquisadora Amanda Carvalho Santos, em seu Estatuto Social, a entidade tem como objeto promover ações de segurança para preservação, recuperação, conservação e salvaguarda, de patrimônios material e imaterial, arquivos privados e públicos e acervos relacionados ao setor de energia do país de valor histórico e cultural.

Conforme o Estatuto da Memória da Eletricidade, a instituição tem como objetos sociais: promover a recuperação, conservação e salvaguarda do patrimônio relacionado à história da energia elétrica no país; elaborar um sistema de informações sobre a história da eletricidade no Brasil; promover o intercâmbio de informações e experiências, nas empresas, órgãos e instituições dedicados à pesquisa do tema; estimular a conscientização da importância da história do setor de energia elétrica e cooperar com pessoas físicas e jurídicas na realização de trabalhos pertinentes à história do setor de eletricidade no país. (SANTOS, 2018, p. 25)

A Memória da Eletricidade teve como referência, para a sua constituição o exemplo da Associação para a História da Eletricidade na França, criada em 1982 em razão do projeto idealizado pela *Électricité de France* (EDF). Segundo Santos (2018), esse período, mais exatamente em 1986, apresenta um cenário político, onde o tema da energia se torna primordial nas pautas governamentais e reforça a necessidade de historicizar e fortalecer o papel do Estado.

A Memória da Eletricidade surge nesse período de efervescência, onde o modelo estatal que estava em ascensão começa a perder espaço em meio a uma crise política. Desse modo, a necessidade de construção de uma memória que legitime e preserve essa história se apresenta como uma possível solução ao não “esquecimento” desse processo. (SANTOS, 2018, p. 20)

Fundada na década de 1980 por Mario Penna Bhering, importante engenheiro do setor, e presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras na época, a Memória da Eletricidade também se constituiu com o apoio de empresas do setor, onde até hoje é mantida pelas contribuições de seus membros e de doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo a Eletrobras a principal mantenedora da entidade. É possível compreender o processo descrito acima, com a citação do pesquisador Raphael Bahia do Carmo:

Em 1986, com o setor público de energia elétrica fortalecido, a Eletrobras com o apoio de suas subsidiárias de âmbito regional (Eletrosul; Eletronorte; Chesf; e Furnas), de empresas públicas de âmbito estadual do setor de energia elétrica (Light e Escelsa) e de importantes associações do setor (ABCE; ACESA e AEDENNE), criou o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade, uma entidade cultural sem fins econômicos (CARMO, 2020, p. 18)

A constituição do acervo da Memória da Eletricidade reflete a história do setor elétrico brasileiro, podendo pontuar os empreendimentos pioneiros como as primeiras usinas hidrelétricas até a consolidação atual do setor elétrico brasileiro. A história da construção de usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, e os impactos políticos e sociais advindos deste progresso tecnológico estão registrados na massa documental, que até bem pouco tempo permanecia sem um tratamento adequado e parcialmente indisponível para pesquisa. Como afirmam Camargo e Goulart (2015, p.70), comumente os centros de memória, possuem acervos formados pelo que chamam de “documentos naturalmente reunidos por uma instituição no cumprimento de determinadas funções”. A Memória da Eletricidade não foge à regra, no entanto, seu acervo é formado por parcelas documentais proveniente não de uma, mas de diversas empresas de geração e distribuição de energia elétrica e dos profissionais que atuaram na área. Ainda de acordo com as autoras no que tange a composição de acervos em centros de

memória, há a característica da composição de conjuntos documentais variados, também conhecidos como conjuntos heterogêneos. Esses conjuntos quando analisados fica perceptível as seleções e modificações realizadas antes da concepção de critérios norteadores. (CAMARGO; GOULART, 2015, p.71)

Nesse sentido, a Memória da Eletricidade se adequa ao conceito cunhado por Camargo e Goulart de um centro de memória, pois carrega um patrimônio documental contemplando variados gêneros e suportes, de diferentes naturezas, ou seja, documentos de biblioteca, arquivo e museu.

A junção dessas três áreas em um mesmo espaço, traz questões no que diz respeito a discussão técnicas, mas também possibilita o diálogo e debate acerca da construção de novas metodologias e formas de tratamento e disponibilização do material. A pesquisadora Amanda Santos ainda reitera:

Nesse sentido, a Memória da Eletricidade, assim como outros centros de memória, surge como um espaço de pesquisa importante na área das ciências sociais aplicadas, pois possibilita um aprofundamento das práticas metodológicas necessárias para a integração e otimização dos processos de organização, representação e recuperação da informação. (SANTOS, 2018, p. 29)

Mesmo que o debate sobre o desmembramento dos conjuntos arquivísticos já se encontre presente na instituição, principalmente por parte da gerência atual, os conjuntos arquivísticos ainda se encontram divididos de acordo com os gêneros documentais, assunto que será desenvolvido mais à frente, neste trabalho. No caso da Memória da Eletricidade, assim como em outras instituições pares, essa divisão se mantém apenas pelo caráter de preservação dos diferentes suportes, e não se configura mais como uma seleção arbitrária por parte da entidade, que seguindo uma diretriz colecionadora, separava a documentação em quatro grandes coleções: coleção textuais, coleção iconográfica, coleção sonora e audiovisual. Um exemplo de esforço para o entrelaçamento e junção de conjuntos documentais fragmentados, é o site da Memória da Eletricidade, o qual disponibiliza os acervos digitalizados e os conecta (textual, fotográfico) a partir de infográficos em arranjos documentais, auxiliando na pesquisa sobre determinado fundo ou coleção.

Por volta da década de 1990, as empresas do setor de energia elétrica começaram a entrar em contato com a Memória da Eletricidade informando que iriam se desfazer de algumas documentações e ofereciam para que a entidade fosse visitar o acervo antes do descarte. O desinteresse por parte dessas empresas foi um fator determinante, somado ao interesse da

entidade, em preservar essa documentação sobre a história do setor elétrico brasileiro, estimulando dessa maneira a entrada de outros acervos institucionais no centro de memória.

A instituição desempenha esforços há mais de 33 anos, atuando nas pesquisas internas e externas, no tratamento de acervos de diversas naturezas, na difusão da informação, no resgate da história do setor elétrico e da política brasileira.

Cabe ressaltar a atividade precursora do que seria um dia o Centro da Memória da Eletricidade, por meio do Programa de História Oral da referida instituição, que deu origem a um significativo acervo, com gravações, transcrições e vídeos sobre o setor de energia elétrica. A Memória da Eletricidade produziu e coletou uma série de depoimentos concedidos por meio de entrevistas com profissionais gabaritados no campo da energia elétrica. Tendo um acervo de mais de 300 depoimentos coletados e catalogados, eles refletem a trajetória de personalidades e profissionais ligados ao setor energético.

No campo da produção editorial, a instituição tem o histórico de publicações com diversos assuntos que se ligam ao tema da história, da energia e do desenvolvimento.

1.1A Memória da Eletricidade atualmente

Nessa seção serão vistos os objetivos da instituição aqui estudada e de que forma a mesma se adaptou ao momento atual, com um vasto escopo de atuação.

A Memória da Eletricidade tem como objetivo principal, preservar a história da eletricidade no Brasil, por meio do trabalho de preservação de acervos, gestão da informação e gestão do conhecimento. A partir dessa premissa, a instituição desenvolve projetos, organiza eventos, presenciais e online, e promove ações na pesquisa histórica e atendimento ao público.

A instituição também carrega consigo uma produção de mais de 100 livros – pelos quais recebeu 16 prêmios e menções de reconhecimento –, concedeu apoio às inúmeras pesquisas e promoveu várias exposições. Em seu acervo histórico, contemplam-se mais de 12 mil livros e periódicos em sua biblioteca e 50 mil itens em seu arquivo. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, c2022).

Além da importante atuação no setor de energia, salvaguardando a história por meio de documentos, a Memória da Eletricidade desenvolve seu trabalho no campo da memória empresarial. A partir da sua expertise de gestão da informação e gestão do conhecimento, a Memória disponibiliza um portfólio de serviços para empresas e instituições de diversas áreas, oferecendo a possibilidade de desenvolver estrategicamente os fluxos de informação das organizações e seus respectivos acervos, cuidando e salvaguardando o patrimônio de qualquer entidade: o conhecimento.

A Memória da Eletricidade contempla a um acervo composto por coleções, fundos e documentos avulsos, os quais são doados à instituição por profissionais atuantes nas empresas do setor de energia elétrica. Cabe ressaltar, que o conceito aqui utilizado para caracterizar a instituição custodiadora do acervo estudado, é o cunhado pelas autoras da obra *Centros de memória: uma proposta de definição, e compreendendo o surgimento dos centros de memória no Brasil na década de 1980, em consequência do processo de redemocratização e pela necessidade de preservação cultural e de identidade de organizações públicas e/ou privadas* (CAMARGO; GOULART, 2015). Se, antes, os arquivos e centros de documentação guardavam o histórico de atuação de uma empresa, os centros de memória podem ser entendidos como um local de salvaguarda, preservação e reconstituição de memórias dessa entidade, que guardam consigo, documentos de diversas naturezas (arquivísticos, bibliográficos e museológicos), obedecendo a uma temática específica. “Cabe mencionar, finalmente, a presença de documentos de caráter técnico e especializado, que servem de apoio às atividades da organização”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 71).

Ainda que existam diversas propostas de concepção de um centro de memória, a bibliografia aqui utilizada determina: não há uma definição final. A instituição sendo um centro de memória, possui a característica anteriormente citada, conhecida também como de “tripé de natureza documental”, ou seja, seu acervo é composto por documentação arquivística, bibliográfica e museológica, esta última denominada de objetos tridimensionais ou acervo tridimensional. Em centros de memória, o processo de aquisição dos acervos é direcionado por um recorte temático, como anteriormente citado, no caso da Memória da Eletricidade, o setor de energia elétrica.

Além das iniciativas e programas para se tornar referência na área de preservação e acervos históricos a partir do compartilhamento de informação, a instituição investe esforços para a construção de um acervo de saberes compartilhados em um ambiente colaborativo, frente ao mundo tecnológico que avança cada vez mais e que traz a problemática do ambiente virtual para a presente pesquisa.

1.2 Acervo Memória da Eletricidade

Esse subcapítulo visa caracterizar os acervos históricos presentes na instituição, descrevendo-os por gênero e tipologias documentais presentes, relacionado com a bibliografia sobre o tema.

A Memória da Eletricidade tem seu acervo arquivístico composto por conjuntos documentais produzidos e/ou acumulados no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotados de organicidade. No caso da Memória da Eletricidade, encontram-se arquivos (fundos) produzidos por empresas e profissionais do setor (arquivos institucionais e pessoais).

[...] conjunto de documentos produzidos e /ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p. 128)

Esses conjuntos são compostos de documentações diversas com diferentes gêneros (textual, iconográfico, sonoro e filmográficos) e tipos (fotografias, relatórios, selos, contratos, mapas, gráficos, etc.). Todos esses arquivos foram doados, mas em alguns casos, a instituição não possui o contrato de doação formalizado, como é o caso do acervo do engenheiro Mauro Thibau, objeto da presente pesquisa.

Já o acervo bibliográfico, diferente dos arquivísticos, tem uma característica “colecionadora”, ou seja, seu conteúdo pode ser desenvolvido, adquirido tendo como foco algum tema ou área do conhecimento. O acervo é composto por livros, folhetos, relatórios institucionais e periódicos. A aquisição desse acervo pode ser por compra e também doação. Na biblioteca da instituição (Biblioteca Léo Amaral Penna), estão presentes itens bibliográficos de cunho técnico e histórico, com o viés da história do setor energético e da história política e contemporânea brasileira.

O acervo tridimensional é composto por objetos produzidos e acumulados por instituições e pessoas do setor. Há poucos itens (esse material não está descrito no sistema), na sua grande maioria medalhas, placas de homenagem, lâmpadas, entre outros itens. Esses objetos foram incorporados ao acervo da instituição majoritariamente através de doações, muitos deles advindos dos conjuntos arquivísticos de procedência pessoal. Por esse motivo, intitula-se esses materiais como objetos tridimensionais, e não acervos museológicos.

1.3 O site institucional

O presente segmento traçará a trajetória de construção do *website* do centro de memória e analisará as melhorias e os avanços tecnológicos implementados, tendo como objetivo contribuir para uma melhor divulgação dos acervos, como é o caso do arquivo pessoal de Mauro Thibau. As pautas da ciência da informação e da democratização da internet serão discutidas.

O desafio da memória atualmente, é sua gestão. Controlar o fluxo informacional em um cenário digital não é uma tarefa fácil. Em contrapartida esse momento estimula a enfrentar inovar e, construir meios, técnicas, estratégias, políticas e práticas capazes nos capacitar no mundo virtual e na preservação de acervos nesses espaços. Segundo Pimenta (2017, p. 42), “A cultura da memória na era digital é, pois, interseccionada pela cultura informacional do século XXI. Preservar, acumular, lembrar e esquecer, apagar e recuperar são todos desafios à Ciência da Informação”.

Os sites e plataformas disponíveis na internet se tornaram responsáveis pelo registro, recuperação e circulação da informação nos meios eletrônicos e digitais. Junto a esse fato, entende-se que essa informação, como são os documentos, estão completamente subordinados à linguagem computacional, permitindo o armazenamento, a recuperação e a transferência da informação em grande velocidade e volume.

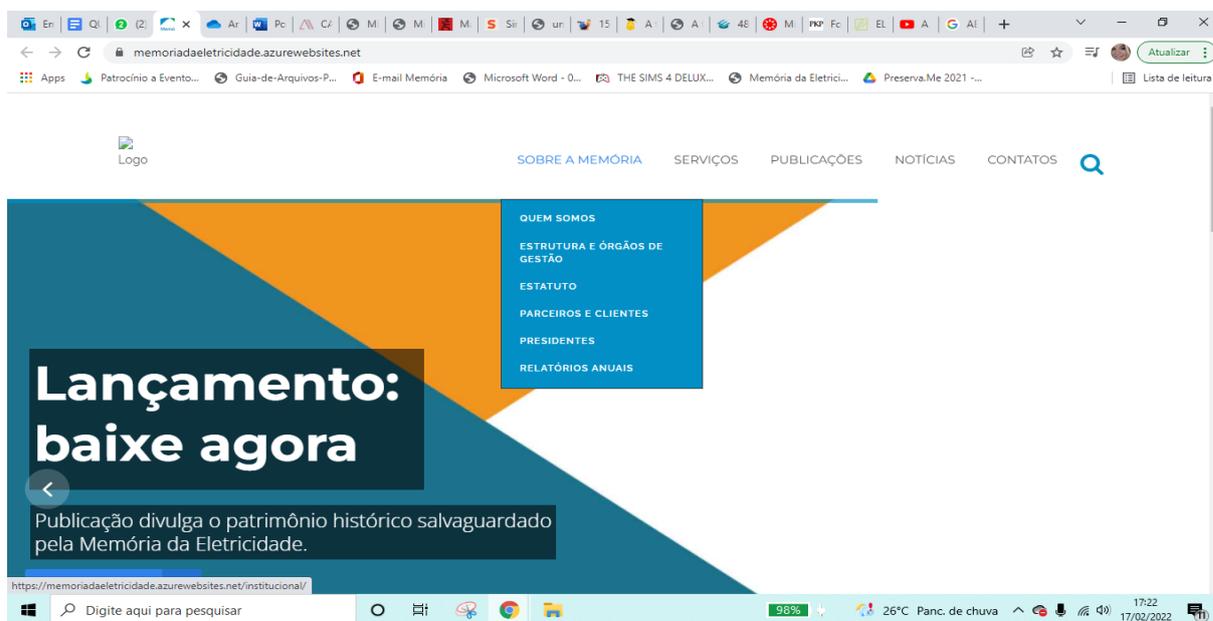
A “rede digital”, como chama Rafael Capurro, e as possibilidades do advento do século XXI podem ser pensadas não apenas superficialmente, mas também profundamente. Ou seja, faz-se necessário compreender as formas, valores e normas de interação, principalmente no presente caso, com a divulgação e responsabilidade sobre os arquivos em ambientes digitais.

Não deveríamos considerar o conceito de informação isoladamente, mas vê-lo em relação a outros conceitos como, por exemplo documentos e mídia. O conceito de informação pode, de fato, ter tido um efeito positivo como um propulsor de *status* para os profissionais que trabalhavam com documentos. (CAPURRO; HJØRLAND, 2003, 399)

Nesse sentido, desde meados do ano de 2019, a Memória da Eletricidade vinha investindo esforços na divulgação científica por meio virtual, com o projeto de consolidação de um novo site. Anteriormente, a instituição possuía um *website* com poucas funcionalidades, contendo apenas informações sobre a entidade, os serviços de pesquisa oferecidos, suas

publicações, notícias (lançamento de publicações e eventos) e o contato. A imagem a seguir ilustra o site antigo:

Figura 1 – Site antigo da Memória da Eletricidade



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade

Em relação à divulgação de seu acervo, a Memória da eletricidade disponibilizava seu e-mail para atendimento à pesquisa e possuía um *link* dos catálogos dos acervos textuais, iconográficos, bibliográficos que redirecionava o usuário ao Sistema SophiA, na época utilizado como ferramenta de consulta.

Com o objetivo de divulgação e uso de seu acervo, o Centro da Memória da Eletricidade decidiu reformular o seu site, de modo que a informação fosse mais facilmente encontrada, com investimento de anúncios no *Google*, área do usuário, artigos informativos sobre o acervo e sobre as atividades da instituição, e a disponibilização de boa parte de seus acervos. No caso aqui tratado, as fotografias de Mauro Thibau ainda deixam dúvidas a respeito de sua difusão e uso.

Figura 2 – Local de acesso do acervo no antigo site da Memória da Eletricidade vinculado ao sistema SophiA.



Fonte: Arquivo Memória da Eletricidade

Com o objetivo de democratizar o acesso e uso de seus acervos, a Memória da Eletricidade reformulou seu site para cumprir essa função. A entidade tem como intenção maior difundir seu patrimônio histórico documental, em especial as fotografias.

Seguindo com o objetivo de promover uma difusão mais abrangente de seu acervo, a Memória da Eletricidade, junto à Plano B, empresa especializada em arquitetura da informação e desenvolvimento de sistemas, criou o sítio atual. Nele é possível, por meio do sistema chamado Shiro, ter acesso aos acervos e publicações da entidade.

divulgação correta e garantir que nenhum direito seja violado, a presente pesquisa auxiliará na maneira de conceder acesso e uso do material, utilizando métodos e ferramentas para garantir a proteção autoral e informação ao usuário sobre os direitos e deveres.

1.4 Contexto de aquisição e adequação às políticas institucionais: arquivo Mauro Thibau

Será analisado aqui, o histórico de chegada do arquivo Mauro Thibau e a compreensão de tal período em relação à doação do acervo.

Com base na pesquisa e elaboração da política de aquisição realizada pela arquivista e historiadora Amanda Carvalho Santos, será possível traçar a maneira que a instituição vinha recebendo os arquivos e como ocorre nos dias atuais. Com o intuito de regularizar o processo de aquisição de acervos arquivísticos da Memória da Eletricidade por meio de critérios, diretrizes e procedimentos que orientam a análise e a aquisição do acervo por parte da instituição, buscando regularizar os termos de doação passados possíveis e direcionar as próximas aquisições da entidade.

O processo de aquisição de documentos abrange uma série de atividades que serão conduzidas majoritariamente pela Coordenadoria do Centro de Referência da Memória da Eletricidade, com o apoio de outras coordenadorias da entidade, quando necessário. A aquisição de arquivos pessoais só poderá ser feita através de doação ou compra. Doação: processo de aquisição formalizado através de cessão gratuita e voluntária realizada por pessoa ou família. Compra: aquisição de um conjunto documental mediante pagamento com valor prefixado e com aprovação do ato pela diretoria executiva. Os gastos para a transferência do acervo doado até a sede da Memória da Eletricidade serão analisados caso a caso. No entanto, os técnicos da Coordenadoria do Centro de Referência devem, se possível, supervisionar todo o processo de transferência, garantindo assim a integridade e conservação do acervo transferido. Por fim, é imprescindível que toda e qualquer doação seja formalizada mediante assinatura de um Contrato de Doação, prevendo direitos e deveres da Memória da Eletricidade em relação ao conjunto documental doado. Segundo o que é previsto nas diretrizes gerais desse instrumento, os procedimentos necessários para a aquisição de arquivos pessoais devem seguir as seguintes etapas: a) Carta de intenção da doação; b) Visita dos técnicos da instituição ao local onde o acervo está armazenado. Nessa visita, serão ajustados todos os procedimentos necessários para a doação e dimensionados o volume, o potencial informativo e o estado de conservação do acervo. Essas informações deverão ser registradas em relatório; c) Preenchimento de ficha contendo as seguintes informações básicas: identificação do acervo, procedência, proveniência e quantificação. d) Listagem completa do acervo produzida pelo seu atual responsável, que passará por uma conferência ao chegar na Memória da Eletricidade. Caso o

responsável pelo acervo não possa elaborar a listagem supracitada, será necessário que o mesmo assine um termo de responsabilidade, outorgando aos profissionais da instituição essa incumbência após a chegada do acervo na instituição; e) Entrega de um currículo do titular do acervo, e/ou qualquer tipo de documentação complementar que auxilie no processo de identificação do produtor e de seu arquivo; f) Reunião de informações acerca da história arquivística do acervo doado. Esse procedimento poderá ser feito através de uma entrevista com o doador; g) Conferência completa do acervo ao chegar na sede da Memória da Eletricidade, visando a elaboração de um inventário preliminar do arquivo, que será anexado ao contrato de doação; h) Formalização da doação através de um contrato entre a Memória e o titular do arquivo ou seus representantes legais, no prazo máximo de 30 dias corridos após a chegada do acervo na entidade. O mesmo prazo é válido para a assinatura do Termo de Recolhimento, no caso de acréscimos de documentos em acervos já custodiados pela instituição. (SANTOS, 2018, p. 111)

Pensando no processo de aquisição do arquivo pessoal pela Memória da Eletricidade no passado, a doação do arquivo pessoal possui um contexto único que se converge com a história da instituição, antes sem controle de aquisição de acervos. Com o intuito de se tornar um espaço de referência para pesquisa as fontes documentais do setor elétrico, a entidade desenvolveu um Programa de História Oral, em parceria com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC, a fim de salvaguardar a história do setor de energia elétrica. Possuindo eixos temáticos, muitos depoentes doavam sua documentação pessoal para elaboração da pesquisa para a escrita do roteiro. Os técnicos e dirigentes do setor encontraram na Memória da Eletricidade um espaço de guarda e segurança, apesar da entidade não ter sido criada com esse objetivo e sim de promover fontes primárias de referência para pesquisa.¹

Por conta do número escasso de profissionais na Memória da Eletricidade, parte da documentação só foi pensada seguindo os princípios arquivísticos que um arquivo pessoal requer, mais recentemente. Antes, as caixas ficavam guardadas, até o ano de 1997, quando foi realizada uma organização da documentação do acervo de Mauro Thibau. Nesse mesmo ano a Memória da Eletricidade publicou o livro com o depoimento do engenheiro, intitulado *Mauro Thibau: a trajetória de um ministro*. Além de conter informações completas sobre a trajetória do titular, há também, ao final do livro, um inventário de toda a documentação cedida. Encontra-se também um caderno fotográfico com a identificação de alguns registros que compõem seu fundo.

Para a presente pesquisa, foi realizada uma entrevista com a atual gerente de acervo da Memória da Eletricidade, Amanda Carvalho. Utilizou-se os ensinamentos de Verena Alberti e

¹ Entrevista concedida por Amanda Carvalho, Gerente de Acervo e Pesquisa da Memória da Eletricidade, à Bruna Martoni Mansur Reis, no dia 08 de fevereiro de 2021.

Alessandro Portelli, além de outros teóricos estudados durante o Laboratório de História Oral durante o mestrado, tornando possível produzir a entrevista de história oral. Cabe ressaltar que essa metodologia auxilia no entendimento da pesquisa acerca da disponibilização e uso do arquivo fotográfico do engenheiro e político Mauro Thibau, e a entrevista de história oral surge como uma ferramenta de entendimento do passado, no que tange o histórico da documentação, e registrar o processo em que se encontram as fotografias, frente ao mundo digital e a pandemia da COVID-19.

Em primeiro lugar, ela é um resíduo de uma ação interativa: a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Tanto um como o outro tem determinadas idéias sobre seu interlocutor e tenta desencadear determinadas ações, seja fazer com que o outro fale sobre sua experiência (do lado do entrevistador), seja fazer com que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias convicções enquanto historiador (do lado do entrevistado). Em segundo lugar, a entrevista de história oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado – uma ação que é desencadeada tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador. Note-se que, se chamo a isso de ação é porque estou indo um pouco além da constatação inicial de que a entrevista é uma construção do passado. O que me interessa agora é chamar a atenção para as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra. Ou seja, destaco como especificidade da história oral a possibilidade dela documentar as ações de constituição de memórias. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória. (ALBERTI, 1996, p. 03)

O processo de entrevista iniciou-se com a questão de quem poderia me auxiliar na busca dessa história. Foram levantados os nomes de algumas pessoas que pudessem ajudar na investigação e com novas informações até então não adquiridas sobre as fotografias do engenheiro Mauro Thibau. Em um primeiro momento, analisou-se a publicação, baseada no depoimento do titular e o resultado do programa de história oral da instituição, *Mauro Thibau: a trajetória de um ministro*. A respeito da organização da documentação havia um inventário sumário ao final do livro, desatualizado e pouco aprofundado no que tange os procedimentos técnicos do arquivamento, ou seja, descrição simples e falta de dados como data.

Em um segundo momento, procurou-se o historiador da instituição, responsável pelas entrevistas e transcrições de diversos depoimentos prestados à Memória da Eletricidade, no âmbito do Programa de História Oral. Paulo Brandi, se lembra pouco do processo. Havia a desconfiança, visto que a ficha técnica do livro sobre o depoimento de Mauro Thibau não continha o nome do pesquisador na participação nem da publicação nem do projeto. O contato com os outros profissionais citados na ficha catalográfica da obra foi pensado, mas o historiador alertou sobre uma das ex-funcionárias que era responsável na época pelo projeto, que não queria

nenhuma ligação com a instituição, por conta de sua saída e de problemas pessoais. Não era cabível procurar a ex-dirigente que não gostaria de ter mais nenhuma ligação com a instituição.

Procurou-se em vários documentos do acervo, como por exemplo, os contratos de doação, uma vez que Thibau faleceu em 2005, para contatar algum familiar, não obtendo resposta. Durante um encontro do Laboratório de História Oral, no âmbito Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, sugeriu-se para a presente pesquisa, pelas professoras Joelle Rouchou e Lia Calabre conversar com a pessoa responsável pelo patrimônio documental da instituição. Essa foi uma solução bastante relevante, uma vez que, a gerente da área de acervo, possui uma pesquisa sobre os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade, e pode entrevistar algumas ex-funcionárias que assim como as pretendia-se também entrevistar, hoje, aposentadas e que não se mostraram receptivas.

A preparação do roteiro foi feita, com poucas perguntas, mas as quais abrangem de forma geral os temas como: histórico de aquisição do acervo, dificuldades que a instituição enfrentou durante alguns anos de sua trajetória, e a importância de salvaguardar esses documentos. Somam-se apenas quatro perguntas, pensadas para que a entrevistada pudesse falar sem muitas interrupções. Apenas concordâncias e falas que contribuíssem para a dinâmica. Nesse sentido Alessandro Portelli (1997, p. 22) ensina que “as perguntas feitas por nossas ‘fontes’ são tão necessárias à entrevista quanto aquelas que nós mesmos formulamos”. O ato de deixar o entrevistado à vontade, diz respeito também a um certo diálogo, mostrando que o historiador entrevistador também está instruído para conversar e extrair o que puder de seu depoente, lhe dando espaço, porém não o deixando sozinho em sua fala.

Durante o processo um ponto importante a ser ressaltado é que a entrevista foi realizada em meio a pandemia causada pela COVID-19. Se antes, já existiam muitas curiosidades em relação a metodologia da história oral, agora, mais do que nunca surgiram várias perguntas sobre como realizar a entrevista. Essa pauta de como atuar no fazer história oral, em tempos isolamento social, trouxe o artigo, *Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância*, como uma leitura essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

Mesmo na perspectiva do senso comum, é por meio do corpo que a entrevista de história oral acontece: pelo aparelho fonador, responsável pela produção vocal; pelo cérebro, onde a aquisição, o armazenamento e a evocação da memória se dão; pelos ouvidos, que detectam e processam os sons produzidos pelo interlocutor; pelos gestos, aliados não verbais na expressão de sensações, sentimentos ideias; e assim por diante. Histórias orais são produzidas e veiculadas por um corpo e percebidas pelos sentidos dos outros (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 3)

A gerente do acervo, Amanda Carvalho, já estava trabalhando presencialmente. Para formalizar a entrevista, foi enviado previamente o roteiro com as perguntas para garantir que ela aceitaria responder, junto a um termo digital de autorização de uso de imagem e voz.

O pensamento a respeito da atuação do historiador oral veio seguida do pensamento de que a entrevista, seria feita virtualmente, não sendo possível aprofundar-se na análise do discurso, presencialmente, como Alberti (2004) e Portelli (1997) retratam em seus textos.

Entre tantas especificidades do trabalho com a história oral, resta falar da peculiaridade de seu registro, o fato de constituir *um documento oral*. Mesmo que seja transcrito, o depoimento de história oral deve ser considerado em função das condições de sua produção: trata-se de um *diálogo* entre o entrevistado e entrevistadores, de uma construção e interpretação do passado atualizada através da linguagem *falada*. Nesse sentido, é sua característica se desenvolver em meio a recuos e evocações paralelas, repetições, desvios e interrupções, que lhe conferem um potencial de análise em grande parte diverso daquele de um documento escrito: a análise da entrevista tal como efetivamente transcorreu permite que se apreendam os significados não diretamente ou intencionalmente expressos, permite que o pesquisador se pergunte por que a questão *x* evocou a *y* ao entrevistado; por que, ao falar de *z* recuou para *a*; por que não desenvolveu a questão *c* assim como fez em *b* e assim por diante. Além disso, o caráter oral do depoimento, resguardado pela gravação, fornece ao pesquisador outras possibilidades de investigação, no que diz respeito às particularidades e recorrências do discurso do entrevistado, ao registro de suas hesitações, ênfases, autocorreções etc. Tudo isso, conforme os propósitos da pesquisa e as indagações que se faz o pesquisador que consulta um documento de história oral, pode conter dados significativos, além de permitir uma análise do discurso propriamente dita, que, em se tratando de um acervo de depoimentos, pode engendrar estudos comparativos, por gerações, grupos sociais, formação profissional etc. (ALBERTI, 1989, p. 06)

A entrevista remota ainda é recente, porém as pesquisas e as novas tendências de um mundo que vive uma pandemia, até o mundo pós-pandemia, necessitarão de uma revisão de métodos frente à nova realidade que se instaura, como foi o presente caso.

Uma situação como a crise como aquela disparada globalmente com a pandemia da COVID-19 pode nos instar a reconfigurar os sentidos de presença e ausência e suspender – mesmo que temporariamente – a compreensão de que eles estão ligados à proximidade ou ao distanciamento físico/corporal. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 4)

Realizada a entrevista, a depoente brinca e pede para rebuscar a fala dela no texto final. Optou-se por deixar a entrevista da maneira que ela concedeu, com as brincadeiras e risadas que ela deu, tendo é claro o seu consentimento. Já dizia Portelli (1997, p.15), “A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo”, e o registro que a Amanda desenvolveu, mostra muito mais

elementos que suas palavras. O depoimento foi transcrito e está na íntegra ao final do trabalho no Apêndice I. Pode-se citar abaixo, trechos selecionados que nos ajudam no entendimento da aquisição do arquivo pessoal de Mauro Thibau, pela Memória da Eletricidade.

Dentre as questões, o histórico da criação da instituição, foi passada a ela oralmente também, por meio de entrevistas da mesma com antigos funcionários.

[...] E o programa de história oral começa com esses projetos, trazendo para dentro da Memória grandes personalidades da história do setor. Ao passo que a gente não poderia ter acervo na época, nós tínhamos esse programa de história oral que foi crescendo e que essas grandes personalidades chegavam aqui, começavam a contar a sua história e começam a falar: “olha eu tenho um acervo”, “olha eu tenho uma documentação bacana”, e isso acaba vindo para a instituição. Ela começa a pegar esses acervos, muito no âmbito de um subsídio para a construção da pesquisa em torno do projeto de história oral, mas depois de forma mais institucionalizada mesmo. A Memória começa a receber acervo desde o momento em que ela é criada, desde que começam os projetos, mas a formalização desse acervo começa a ser feita apenas em 1988, alguns anos depois, que começam aparecer os contratos de formalização, na instituição. Esses acervos entravam na instituição sem nenhum tipo de critério e foram sendo guardados no cantinho, servindo de subsídio para a pesquisa, mas sem nenhum tipo de organização, de acondicionamento correto, nenhum tipo de trabalho com essa documentação.²

A falta de funcionários no corpo técnico dedicados ao tratamento da documentação doada e custodiada na época, ocasionou na falta de critérios sobre o que entrava ou não na instituição. Tudo era recebido e guardado. Esse cenário permaneceu intacto até o ano de 2014, quando começou o projeto de organização dos acervos da Memória da Eletricidade, com a presença de profissionais de arquivos contratados para organizar os fundos e coleções da instituição. Outro fator que chama atenção, se trata da documentação iconográfica, que para a presente pesquisa é de grande relevância. A depoente conta que as imagens dos arquivos pessoais doados, eram desmembradas do conjunto documental, tendo como objetivo ilustrar e/ou publicizar as publicações que a Memória da Eletricidade produzia.

Como ele era ministro a gente não sabe... algumas fotografias tem no verso quem tem o fotógrafo, mas muitas vezes não tem nada. Quem fotografou, foi da empresa que ele estava visitando? Alguém do ministério que estava fotografando-o? Para quem a gente dá esse direito autoral? E outra implicação que é uma questão: esses caras, ó parceiros (risadas). Quando eles estão acumulando documentos eles estão em âmbito institucional. É a mesma coisa que hoje, eu Amanda, eu vou fazer visitas e um fotógrafo tira a minha foto e eu vou acumulando coisas na minha casa, mas essa foto foi tirada no âmbito

² Ibid.

institucional. Esse é um documento que foi produzido pelo fotógrafo da Memória da eletricidade. Eu guardei uma cópia para mim, porque eu gostei da imagem, achei representativa. Naquela época isso era muito comum. Da mesma forma que hoje em dia a gente acumula a “midiazinha”, o documento digital, naquela época você enviava a fotografia. Essa documentação é deles, foi produzida por eles, em âmbito pessoal? Não foi. Mas essas coisas se misturam. Existe um direito da instituição? Pode ser, não sei. Esses inúmeros pontos de interrogação é que dificultam o processo de disponibilização difusão dessas imagens. Ou, ao menos, nos traz insegurança. A gente sabe que a Memória da Eletricidade não cobra pelas imagens, é uma instituição sem fins econômicos, então a chance da gente ser prejudicado pela reprodução dessas imagens é muito pequena. Mas a gente disponibiliza com total segurança, cumprindo todos os requisitos em relação ao direito autoral? Não. Então eu acho que essa é a grande questão.

[...] É, não dá para colocar no mesmo balaio. Eu acho que a grande questão é que a gente pega a lei de direito autoral e tenta encaixar ela na nossa realidade. E isso não vai dar certo, porque a gente está trabalhando com uma documentação que é diversa. Eu vou conseguir pegar quem é quem e conseguir encaixar. Você consegue pegar mais informações e segurança para disponibilizar. Mas não vai encontrar uma documentação que vai estar zero de informações. Lembrando que hoje, pensando no Mauro Thibau e na Memória da Eletricidade, eu desconheço familiar, nem contato para falar “querido, me ajuda”. A gente tem um documento de formalização que não chega a ser um contrato. A gente tem um monte de gente nestas imagens, temos essas fotos se repetindo em outros acervos, então assim, é bem complexo. E como eu falei, não é uma receita de bolo. Não vamos achar um manual, mas o ideal é estudar esse caso, especificamente do Mauro Thibau, que é o pior caso que nós temos em relação a disponibilização de imagem. Eu acho que se conseguir achar uma solução para o caso, que é o que você está estudando, eu acho que os outros ficam mais fáceis e aí vamos embora.³

A necessidade de uma pesquisa aprofundada sobre a maneira de conceder o uso e acesso das fotografias, foi o que contribuiu positivamente sobre a importância e contribuição que a pesquisa pode ter, tanto para a Memória da Eletricidade, quanto para os estudiosos da área. A resposta que Peter Burke lança em seu livro vai encontro às perguntas que desenvolveram a presente pesquisa.

A boa notícia para os historiadores é que a arte pode fornecer evidência para aspectos da realidade social que os textos passam por alto, pelo menos em alguns lugares e épocas, como no caso da caça no Egito antigo. 2. A má notícia é que a arte da representação é quase sempre menos realista do que parece e distorce a realidade social mais do que refleti-la, de tal forma que historiadores que não levem em consideração a variedade das intenções de pintores e fotógrafos (sem falar nos patronos e clientes) podem chegar a uma interpretação seriamente equivocada. Entretanto, voltando à boa notícia, o processo de distorção é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias e

³ Ibid.

identidades. A imagem material ou literal é uma boa evidência da “imagem” mental ou metafórica do eu ou dos outros. (BURKE, 2004, p. 37)

Dessa maneira, entende-se que a presente pesquisa, busca não apenas encontrar a melhor maneira de democratizar as fotografias do arquivo pessoal Mauro Thibau na Memória da Eletricidade, frente ao mundo digital, mas também visa documentar o estudo e reflexões acerca dessa disponibilização, servindo como base para outras instituições que passam por esse mesmo momento de transformação digital. A pesquisa também contribui para o meio acadêmico, visto a falta de literatura sobre as implicações autorais na divulgação de acervos privados na internet.

Portanto, acredita-se que a discussão acerca da maneira de se conceder as fotografias em ambientes virtuais auxiliará, instituições afins, a utilizar métodos e boas práticas as quais serão analisadas e implementadas na pesquisa sobre as imagens do arquivo pessoal.

2 MAURO THIBAU: UM POUCO DE BIOGRAFIA

O presente capítulo abordará a história do titular do acervo, o engenheiro e político Mauro Thibau, observando a sua trajetória profissional e pessoal, as quais auxiliarão no entendimento do contexto de produção e acumulação do arquivo pessoal, aqui estudado.

Mauro Thibau nasceu em 1923 na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro da Tijuca. Filho de um casal de cariocas, sua família era composta em sua grande maioria por médicos. Mauro Thibau desenvolveu seus estudos no Externato São José dos irmãos Maristas. Ao completar o ensino básico, foi estudar no Instituto Lafayette para realizar mais cinco anos de ginásio (atual ensino médio), a fim de se preparar para escola de engenharia. Mauro Thibau em seu depoimento, comenta:

Na verdade, o ensino da época era ainda resquício de uma fase elitista da vida pública brasileira: de abrangência restrita e excelente qualidade – ao contrário do ensino atual, que atinge a muitos, porém, têm um nível baixo de qualidade –, reforçava os limites da divisão social rígida então vigente. Aqueles que concluíam o curso universitário tinham a vida praticamente assegurada. Por isso, dava-se enorme ênfase à educação. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 34)

Por meio do discurso de Mauro Thibau, é possível entender os pensamentos que o regiam e uma época que se passava. Ao longo de sua trajetória, é nítido o posicionamento do titular sobre diversos assuntos, concedido pelo mesmo durante seu depoimento para o Programa de História Oral da Memória da Eletricidade.

Assim que ingressou na Escola Nacional de Engenharia, Thibau encontrou a oportunidade de estágio, logo cedo, na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras S.A. – Caeeb. O recém formado engenheiro foi incorporado aos quadros da empresa logo após a conclusão do curso de, em dezembro seguinte. Demitindo-se da Caeeb em janeiro de 1949, ingressou na Goodyear, em São Paulo, como engenheiro comercial. No início do ano seguinte, passou a integrar, na qualidade de engenheiro-assistente, a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, órgão supra ministerial diretamente vinculado à Presidência da República e que tinha por finalidade promover o desenvolvimento daquela região. No cargo, Mauro Thibau coordenou a estruturação da divisão técnica da CVSF e participou dos estudos que culminaram com a definição do local para a construção da barragem de Três Marias, no rio São Francisco.

Na verdade, a razão de a Caeeb ter proporcionado essa geração de profissionais para a vida pública brasileira deveu-se não apenas ao excessivo rigor de sua seleção, à competência na formação técnica, ao nível de exigência e excelência de seu trabalho, mas ao fato de não remunerar adequadamente seus funcionários. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 82)

Em 1950, cumulativamente com suas funções na CVSF, participou da equipe dirigida pelo engenheiro Lucas Lopes encarregada da elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Ainda em 1950, Mauro Thibau passou a trabalhar na área de Engenharia Comercial da Servix Engenharia S.A. Desligou-se de suas funções na CVSF e da Servix em fevereiro de 1952 para participar da primeira diretoria da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., possuindo relativa participação no processo de eletrificação do estado de Minas Gerais.

Em janeiro de 1952, eu já havia concluído o trabalho para a Cemig e estava na expectativa de uma resolução, quando o Lucas Lopes veio ao Rio e me chamou para uma conversa definitiva: “Mauro, vamos encerrar esse assunto. Estou autorizado a convidá-lo para ser diretor da Cemig, que vamos fundar agora. Não vai ficar para depois, não”. Eu não respondi nada, fiquei apenas olhando, e ele percebeu que faltava acertar alguma coisa. Então prosseguiu: “Vamos pagar o máximo que podemos admitir pensar em Minas - – vinte mil cruzeiros por mês. Mais do que isso significa uma revolução”. Eu raciocinei rapidamente: “Estou ganhando atualmente trinta mil, e ainda conto com as gratificações no fim do ano que correspondem a um acréscimo mensal de cinco a dez mil cruzeiros...” Mas olhei para a cara do Lucas e percebi que, se não respondesse naquela hora... Resolvi aceitar: “Está bem. Não tem mais discussão, o assunto está encerrado”. Depois dos abraços, ele insistiu: “Quando podemos contar com você?” Respondi: “Preciso de um prazo para ultimar alguns assuntos e poder me desligar dos meus compromissos atuais”. E ficamos combinados. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 113)

A criação da empresa estadual havia sido indicada no Plano de Eletrificação e previa, em sua primeira fase, o suprimento regionalizado de energia e, progressivamente, a implementação de um sistema unificando as diferentes regiões do estado. Na Cemig, Mauro Thibau organizou a Diretoria de Operações e encarregou-se dos serviços absorvidos de outras empresas do estado, responsável pela distribuição de energia elétrica para os diversos municípios que foram incorporados à área de atuação da empresa e pelo funcionamento das novas unidades construídas. Posteriormente, Mauro Thibau passou a acumular a Diretoria de Operações com a de Engenharia de Projetos e com a área de relacionamento externo e de captação de recursos da empresa. Nesta última função, manteve contatos frequentes na área política, o que culminou na sua futura indicação para o Ministério das Minas e Energia - MME. Como diretor da Cemig, Mauro Thibau foi eleito, em 1957, para a primeira diretoria do Sindicato das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétrica do Estado de Minas Gerais, tendo ocupado a presidência da entidade a partir de 1961.

Eu estava com 28 anos e ia ser diretor de uma empresa do porte da Cemig. Era, no mínimo, uma audácia do Lucas Lopes colocar na posição de diretor um sujeito da minha idade, na Minas daquele tempo! Um cargo para o qual, presumia-se, deveriam ser indicados homens de sessenta anos. Basta dizer que, entre as alternativas pensadas para compor a diretoria, incluíam-se nomes de peso como o do Dr. Bretas Bhering, pai do Mario Bhering, um grande engenheiro de Minas e que integrava, na época, a diretoria da Cacex,⁶ no Rio. O gabarito dos homens que estavam sendo cogitados pelo Juscelino e por seus auxiliares era desse nível. Então foi realmente uma deferência, uma honra. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 115)

Mauro Thibau foi convidado para ocupar a pasta das Minas e Energia no governo de Humberto de Alencar Castello Branco, assumindo o Ministério em 17 de abril de 1964. Um dos primeiros atos da gestão de Mauro Thibau foi a apresentação da Exposição de Motivos, intitulada “Diretrizes gerais no setor de energia elétrica”, que consolidou o novo modelo institucional do setor elétrico, vigente até 1990, e que previu a coexistência, no desenvolvimento das suas atividades, da iniciativa privada, dos governos estaduais e do governo federal. Foi definida como prioridade a revisão das tarifas dos serviços de energia elétrica, com o que se pretendia promover a recuperação financeira das empresas concessionárias, bem como garantir a rentabilidade das empresas estrangeiras, sobretudo as do Grupo Light, que então tentavam manter suas operações no país. No mesmo momento foi retomada a questão da compra das empresas subsidiárias da Amforp no Brasil, cujas condições haviam sido estabelecidas durante o governo de João Goulart.

Em novembro de 1964, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN recomendou a aprovação do relatório de Mauro Thibau e Roberto Campos sobre a nova política de minérios. Dessa forma, a nova política proposta pelo ministro resultou na reforma do Código de Minas, a partir da condição supletiva que se destinaria a exploração dos recursos minerais à iniciativa privada. Sobre o governo de Castello Branco e sua participação, Thibau afirmava:

Houve, então, uma busca do apoio popular e da iniciativa civil. E essa iniciativa existia, mas de forma fragmentada. Por sorte, a desorganização era muito maior do lado dos grupamentos que queriam assumir o governo pela esquerda. Além de se resumirem a um pequeno número, não eram homens de estrutura, de formação intelectual, de conhecimentos; eram elementos radicais, mas relativamente simplórios, sem muita competência. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 162)

Para o titular o conhecido Golpe Militar de 1964 pela historiografia brasileira, era visto como uma revolução.

O que se assistiu no primeiro momento foi um movimento espontâneo de toda a população em apoio à revolução. Tratava-se, realmente, de um homem excepcional, herói da Força Expedicionária Brasileira, além de possuir as características de um militar ímpoluto, pois jamais exercera quaisquer funções fora do Exército.

[...] Em seu governo, Castello Branco fez questão de que o país mantivesse a normalidade democrática, com o Congresso funcionando na plenitude de sua capacidade e com a garantia da crítica livre. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 1997, p. 167)

Em junho de 1957, como membro da delegação do Brasil, e tendo como assessor John Reginald Cotrim, então presidente de Furnas, Mauro Thibau participou de uma reunião em Foz do Iguaçu, Paraná com o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, e Juraci Montenegro Magalhães, ministro das Relações Exteriores, para discutirem o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas, no rio Paraná, na fronteira entre os dois países. Considerando a posição brasileira definida pelo CSN, Mauro Thibau e John Reginald Cotrim concordaram com a proposta de reconhecer ao Paraguai o direito a 50% da energia produzida pela usina a ser construída em Sete Quedas, sendo que o país vizinho se comprometeria em vender ao Brasil, por um preço mínimo, o que não consumisse. O acordo firmado naquela ocasião, conhecido como Ata de Iguaçu ou Ata das Cataratas, pôs fim às questões de definição de fronteiras

pendentes entre os dois países e fixou as bases para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, que seria iniciada na década de 1970.

Em 1967, com o término do governo Castello Branco, Mauro Thibau deixou o MME e assumiu a presidência do Conselho Consultivo da Matriz Energética Brasileira, vinculada ao mesmo Ministério, tornando-se membro do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - Celf.

Em 1969, passou a exercer as funções de consultor da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. Foi presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - Bemge, de 1972 a 1975 e, vice-presidente e presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de 1985 a 1989. A partir de então, exerceu intensa atividade junto a grandes empresas nacionais e estrangeiras. Foi presidente dos conselhos de administração das empresas Mecânica Pesada S.A., Electrovidro S.A., Masa - Alsthom S.A., Cimento Mauá S.A. e Lloyd's Register.

Mauro Thibau recebeu o título de doutor honoris causa do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais e a Légion d'honneur do governo da França, entre outras honrarias. Sobre Mauro Thibau, o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil – Memória da Eletricidade lançou, em 1997, o livro Mauro Thibau: a trajetória de um ministro. O engenheiro Mauro Thibau faleceu em setembro de 2005.

2.1 Características do acervo Mauro Thibau

A proposta desse subcapítulo é descrever mais detalhadamente o conjunto documental que compõem o acervo aqui estudado.

O acervo de Mauro Thibau passou por uma organização prévia para a realização da segunda edição do “Guia de Arquivos Pessoais”, produzido pela Memória da Eletricidade em 2019. Tal produção traz informações sobre o acervo da Memória da Eletricidade com foco nos dados dos arquivos de personalidades custodiados pela instituição. Conforme conversado com a arquivista e historiadora da instituição, Amanda Carvalho, o inventário que consta ao final do livro junto ao depoimento do engenheiro, não reflete as informações necessárias para a pesquisa.

Contemplando 350 imagens, o arquivo pessoal do engenheiro carrega consigo o registro de diversas ações do titular enquanto ministro, em grandes empreitadas do setor elétrico, em jantares e solenidades da vida social da época em que viveu.

Mas nem todas as fotografias do acervo Thibau estão disponibilizadas no site da Memória da Eletricidade, por receio e falta de ferramentas que garantam a difusão das imagens, respeitando a proteção autoral das mesmas.

O acervo Mauro Thibau é um arquivo pessoal doado em 1992 ao Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, pelo próprio titular do acervo. A doação é composta por documentos produzidos e acumulados pelo engenheiro e político, entre os anos 1942 a 1972. Somam-se ao todo 1,96 metro linear (14 caixas arquivo) de documentos textuais e 350 itens de documentos iconográficos, objeto de estudo aqui proposto. A maior parte dos documentos do arquivo pessoal é referente à gestão de Mauro Thibau no Ministério das Minas e Energia, entre abril de 1964 e março de 1967. Este período é também o que congrega o maior número de documentos textuais, correspondendo a mais da metade de seu total. Segundo Heymann (2012), às especificidades dos conjuntos documentais de natureza pessoal, são caracterizados pela informalidade do arquivamento e pela variedade de razões possíveis para sua acumulação. É importante estudar o arquivo pessoal, levando em consideração não apenas vínculos que unem esses documentos entre si, mas também a relação que titular desenvolve com os documentos produzidos e acumulados em seu arquivo, segundo Luciana Heymann “no caso dos arquivos pessoais, a contextualização dependerá, em grande medida, de procurar entender o motivo de guarda do documento, identificando a intenção acumuladora” (HEYMANN, 2012, p.73). Por isso se fez tão importante traçar um panorama histórico e biográfico da vida pessoal e da vida social de Mauro Thibau e as atividades que desempenhou ao longo de sua trajetória.

A organização da documentação gerou um inventário, publicado pela instituição em 1997, que contém referências apenas dos conjuntos textuais, os quais correspondem a 1.446 documentos, organizados segundo a trajetória profissional de Mauro Thibau. O acervo reúne variadas tipologias documentais, merecendo destaque a correspondência entre Mauro Thibau e importantes nomes do setor de energia elétrica. Nas fotografias, encontram-se personalidades do setor de energia elétrica como, Octávio Marcondes Ferraz e Benedito Dutra, e do cenário político nacional, como Castello Branco, Israel Pinheiro, Magalhães Pinto e Eugênio Gudin.

O arquivo de Thibau não possui um arranjo documental atualizado formalmente, mas pode ser analisado a partir de uma organização arquivística, destacando-se as informações referentes a atuação do engenheiro Mauro Thibau enquanto gestor de empresas do setor elétrico nacional e enquanto político no contexto da ditadura militar no Brasil.

A concepção dessas duas funções foi o ponto de partida para elaboração da proposta de arranjo, que pode ser sistematizada da seguinte forma: Série

Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - Caeab, com documentos referentes às instalações, ampliações e reativações de usinas das subsidiárias da Amforp no Brasil; Série Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, referente à participação de Thibau na organização da Divisão Técnica da autarquia federal, na qualidade de primeiro engenheiro assistente contratado, e nos estudos que definiram o local de construção do reservatório de Três Marias, em Minas Gerais; Série Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais, referente aos documentos produzidos no âmbito de elaboração do plano de eletrificação, onde o titular participou dos estudos de potencial hidráulico do estado de Minas Gerais; Série Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig, com documentação do período em que Thibau atuou como diretor da empresa e como conselheiro; Série Ministério de Minas e Energia, com documentos produzidos e acumulados pelo titular no período de sua atuação como ministro; Série Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge, contendo documentos sobre o período do titular enquanto presidente; Série Participação em Conselhos; Série Participação em Eventos, que reúne documentos sobre participações em eventos diversos; Série Homenagens e Congratulações, contendo documentos sobre homenagens recebidas pelo titular e felicitações pessoais de amigos, empresas e familiares. As duas últimas séries poderiam ser desmembradas de acordo com a atividade e a função que levou o titular a participar de determinado evento, ou da razão pela qual está sendo felicitado. Entretanto, a ordenação dos dossiês deve se manter a mesma, até que seja possível a elaboração de uma tabela de equivalência para documentação. (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2019, p. 69)

Os arquivos pessoais da Memória da Eletricidade exemplificam a questão dos documentos enquanto conjuntos de natureza pessoal como produto de investimentos pessoais e coletivos, mais do que “naturais”. Além disso, o conjunto documental auxilia visto que nem sempre é clara a relação dos documentos de um arquivo com a biografia do seu produtor.

Investimentos pessoais, imagem pública e visões de mundo se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos que seus titulares ou seus herdeiros lhes conferem, e fornecem chaves para compreender o arquivo que vão além das tradicionais associações entre trajetória e documentos. (HEYMANN, 2012, p. 73)

Compreender a trajetória arquivística de um arquivo pessoal se relaciona diretamente à maneira em que a entidade de custódia o adquiriu. É geralmente nesse momento que se torna possível resgatar informações para a construção dessa trajetória. Deve-se sempre pensar em preservar a organicidade desses acervos, de acordo com uma lógica de organização desenvolvida pelo titular, a fim de entender os percursos da documentação e o contexto em que foram acumuladas. O processo de investigação do arquivo pessoal aqui abordado contribui para outras pesquisas no campo dos arquivos privados.

No que tange os estudos dos itens fotográficos em fundos particulares, segundo a pesquisadora Aline Lacerda, em seu artigo “A imagem nos arquivos”, é necessário entender que os registros visuais, provenientes de um acervo pessoal, têm sua produção e seu registro diferentes dos documentos arquivísticos textuais, por exemplo. Cabe ao arquivista/documentalista responsável por esses acervos fotográficos sistematizar uma organização, a qual permaneça em constante questionamento e reconstrução, ligando as fotografias a uma perspectiva contextual, indo além do seu simples tratamento técnico.

Do ponto de vista do tratamento arquivístico, esse é o momento mais significativo da vida do documento, aquele capaz de lançar luz sobre as razões e sentidos dos registros, desses congêneres, e do conjunto com o responsável pela sua existência: o titular do arquivo. (LACERDA, 2012, p. 285)

Em relação a formalização da doação do arquivo pessoal do engenheiro Mauro Thibau, não há nenhum documento probatório da doação. Como já citado anteriormente, no ano da doação (1992) a Memória da Eletricidade não tinha uma equipe especializada no tratamento, organização e formalização arquivística. Atualmente, o centro de memória possui um termo de doação que formaliza as documentações cedidas à instituição, mas que ainda não contempla todas as possibilidades do uso das fotografias anteriormente cedidas, assim como a sua disponibilização por meio digital.

2.2 Contextualizando os arquivos pessoais

Na presente seção, pretende-se investigar o tema dos arquivos pessoais, a fim de entender e contextualizar o acervo analisado na presente pesquisa. Compreender as características e peculiaridades dos arquivos privados, auxiliará no entendimento da composição do arquivo pessoal Mauro Thibau.

Os arquivos pessoais são compreendidos pelos estudiosos da arquivologia enquanto registros das interações entre indivíduos. Se constituem na soma dos documentos produzidos e/ou acumulados ao longo da vida do titular do acervo, por meio das práticas que lhe deram origem, como é o caso do arquivo pessoal do engenheiro e político Mauro Thibau, o qual salvaguardou ao longo de sua trajetória profissional, documentos que a reflete. Pretende-se

nessa parte da pesquisa ter o melhor entendimento desses arquivos privados. Primeiramente uma definição do que é arquivo se faz necessária:

A palavra Arquivo de acordo com a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, significa o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte. Também é denominado Fundo. Uma das características mais marcantes e singulares dos Arquivos é a relação orgânica, que é identificada em dois planos: em primeiro plano há a relação orgânica entre o produtor e os documentos, e em segundo plano há a relação dos documentos entre si. (MARIZ; SILVA, 2018, p. 32)

A partir do entendimento do que são arquivos, pode-se, de maneira geral, definir os arquivos pessoais, como um conjunto de documentos produzidos e acumulados por pessoa física e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essa pessoa, ao longo de sua trajetória. Entretanto, conforme aponta Camargo e Goulart (2007), o próprio entendimento de um conjunto de documentos de caráter pessoal como arquivo é algo recente, assim como deve-se realizar o seu tratamento. Houve um atraso na colocação dos arquivos pessoais como objeto de pesquisa e de questões no que tange os estudos da arquivologia. Considerados como coleções de documentos, esse tipo de acervo ainda é entendido como algo recente e/ ou periférico no que tange às reflexões teóricas e práticas dentro da arquivologia. Segundo Camargo e Goulart (2007, p. 43), para tratar os “arquivos pessoais como arquivos, é preciso vê-los, antes de tudo, como conjuntos solidários e orgânicos entre si”. Nesse sentido as autoras Anna Carla Almeida Mariz e Thaís Batista da Silva, confirmam essa premissa:

São a característica orgânica e a autenticidade de acumulação, que qualificam os arquivos pessoais como tais e os diferem das coleções. Camargo e Goulart (2007) admitem a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Ou seja, considerando o contexto arquivístico e a relação ou vínculo orgânico característicos dos arquivos. Os arquivos pessoais são um tipo de testemunho, que em nível pessoal, é um tipo de evidência e memorização de nossas vidas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossos relacionamentos com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo, segundo McKemmish (2015, p.175, tradução nossa). Quanto ao tratamento, assim como nos arquivos institucionais, o ponto de partida do trabalho do Arquivista é o produtor dos documentos, nesse caso o titular do arquivo. (MARIZ; SILVA, 2018, p. 36)

No capítulo “Arquivo pessoal e seu lugar na arquivologia”, a autora Lucia Maria Velloso Oliveira realiza uma discussão teórica acerca da produção do conhecimento sobre os arquivos

peçoais. A caracterização desses arquivos enquanto conjuntos documentais produzidos e acumulados por uma pessoa, que reflete suas atividades e funções dentro da sociedade, traçando dessa maneira sua trajetória. Velloso ainda cita:

Entendo “arquivo pessoal” como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade num sentido amplo. (OLIVEIRA, 2012, p. 33)

Para além da análise conceitual sobre os arquivos pessoais, pretende-se entender que muitas vezes os arquivos pessoais estão ligados aos arquivos institucionais, o que gera um debate dentro da arquivologia. O autor Richard Cox dá um panorama sobre a relação dos arquivos pessoais com os institucionais e o papel dos arquivistas norte-americanos:

Vários arquivistas ficam tão absortos em suas tarefas e demandas diárias que se esquecem da conexão entre o arquivo pessoal e o institucional, ou da importância de poder explicar a utilidade dos arquivos por meio de um apelo à necessidade de que cada pessoa produza e preserve arquivos. A maioria dos arquivistas admite a dificuldade para explicar por que os arquivos e os sistemas de informação precisam ser gerenciados, mas eles se esquecem de que qualquer pessoa sabe alguma coisa sobre essa tarefa por causa da necessidade de manter arquivos pessoais. Em parte, essa disparidade entre a experiência pessoal e o conhecimento dos requisitos p[úblicos referentes à gestão de documento e de informações começou a ser reduzida em meio aos longos e tesos debates entre os defensores da liberdade civil e os partidários do governo ou da segurança nacional. (COX, 2017, p. 171)

De acordo com Luciana Heymann (2012), as especificidades dos conjuntos documentais de natureza particular, se caracterizam pela informalidade da sua guarda e pela variedade sobre os motivos para sua acumulação. A autora sugere que os vínculos que unem a documentação entre si reflitam relação de cada titular com a sua documentação, como Mauro Thibau. “no caso dos arquivos pessoais, a contextualização dependerá, em grande medida, de procurar entender o motivo de guarda do documento, identificando a intenção acumuladora”. (HEYMANN, 2012, p.73).

Não é regra que os arquivos pessoais sempre refletirão em sua documentação toda a trajetória do titular. É necessário entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como resultado de resgates pessoais e coletivos, mais do que como produtos “naturais” da trajetória dos titulares. Dessa maneira investimento pessoais, imagem pública e visões de mundo, por

exemplo, aparecem nos arquivos pessoais e nos usos que seus titulares lhes conferem, e fornecem chaves para compreender o arquivo que vão além das tradicionais associações entre trajetória e documentos. (HEYMANN, 2012, p.73).

O caso do arquivo pessoal do titular Mauro Thibau reflete essa questão colocada pela autora, tendo em mente que nem sempre é a relação dos documentos de um arquivo com a biografia do seu produtor estão em consonância. É recorrente a presença de documentos acumulados que não tem nenhuma relação com as atividades e/ou empresas que seu titular atuou. Para isso, deve-se estudar a biografia junto ao histórico da doação a fim de estabelecer esses contextos.

Cabe ressaltar que os arquivos pessoais são formados em conjunturas diversas., preservados pelo seu titular de acordo com uma lógica subjetiva de seleção. Deve-se ainda entender a relevância de técnicas e procedimentos que norteiem a compreensão desses arquivos e auxiliem no entendimento dos mesmos, como conjuntos documentais que tiveram sua origem a partir de intenções, no ato de colecionar suas memórias. É necessário reconhecer a reflexão que Oliveira (2012, p. 39) faz a respeito da preservação dos arquivos pessoais, como é o caso de Mauro Thibau: “não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade”.

A partir dessa revisão, as características e peculiaridades do arquivo aqui proposto, sua discussão dentro da teoria arquivística e o entendimento dos documentos enquanto testemunhos das atividades do produtor Mauro Thibau, e da personalidade humana.

3 ANÁLISE DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

O capítulo consiste na análise e no estudo da fotografia em diversos campos do conhecimento, inserida no contexto da arquivologia; da memória coletiva e dentro dos arquivos pessoais.

No presente estudo foi realizada uma discussão acerca do tema das fotografias enquanto documento de arquivo, trazendo autores que abordam esse tema, promovendo a sintonia entre a prática e a literatura, a partir da análise do arquivo fotográfico do fundo Mauro Thibau. Também será discutida a importância da fotografia no contexto da memória social.

Segundo Aline Lacerda, (2008), “o documento fotográfico está presente em diversas áreas do conhecimento e em algumas se torna um elemento quase que indispensável para pesquisas”. As potencialidades que o documento fotográfico possui são grandes, assim como os questionamentos dos profissionais de acervos em como tratá-los. É necessário não apenas entender as reflexões que surgem na vivência profissional, mas também compreender o que a bibliografia pode auxiliar no maior entendimento da temática fotográfica. Nesse sentido o historiador complementa o pensamento:

[...] esses ‘documentos’ precisam ser contextualizados. Isso nem sempre é fácil no caso de fotografias, uma vez que a identidade dos fotografados e dos fotógrafos é muitas vezes desconhecida, e as próprias fotografias, originalmente - em muitos casos, ao menos - parte de uma série, foram separadas do projeto ou do álbum no qual eram inicialmente mostradas, para acabarem em arquivos ou museus. (BURKE, 2004, p. 27)

No caso do conjunto fotográfico de Thibau, muitas situações de sua vida tanto profissional quanto pessoal foram captadas pela máquina fotográfica. Isso se dá a grande produção de registros, com o advento da tecnologia.

Em época recente, a fotografia tornou-se um passatempo quase tão difundido quanto o sexo e a dança — o que significa que, como toda forma de arte de massa, a fotografia não é praticada pela maioria das pessoas como uma arte. É sobretudo um rito social, uma proteção contra a ansiedade e um instrumento de poder. Comemorar as conquistas de indivíduos tidos como membros da família (e também de outros grupos) é o uso popular mais antigo da fotografia. Durante pelo menos um século a foto de casamento foi uma parte da cerimônia tanto quanto as fórmulas verbais prescritas. As câmeras acompanham a vida da família. Segundo um estudo sociológico feito na França, a maioria das casas tem uma câmera, mas as casas em que há crianças têm uma probabilidade duas vezes maior de ter pelo menos uma câmera, em comparação com as casas sem crianças. Não tirar fotos dos filhos, sobretudo quando pequenos, é sinal de indiferença paterna, assim como não comparecer

à foto de formatura é um gesto de rebeldia juvenil. Por meio de fotos, cada família constrói uma crônica visual de si mesma — um conjunto portátil de imagens que dá testemunho da sua coesão. Pouco importam as atividades fotografadas, contanto que as fotos sejam tiradas e estimadas. A fotografia se torna um rito da vida em família exatamente quando, nos países em industrialização na Europa e na América, a própria instituição da família começa a sofrer uma reformulação radical. Ao mesmo tempo que essa unidade claustrofóbica, a família nuclear, era talhada de um bloco familiar muito maior, a fotografia se desenvolvia para celebrar, e reafirmar simbolicamente, a continuidade ameaçada e a decrescente amplitude da vida familiar. Esses vestígios espectrais, as fotos, equivalem à presença simbólica dos pais que debandaram. Um álbum de fotos de família é, em geral, um álbum sobre a família ampliada — e, muitas vezes, tudo o que dela resta. (SONTAG, 2004, p. 11)

A partir desse trecho da autora Sontag (2004), entendemos que a invenção da fotografia, significou uma grande importância no que tange a democratização das imagens produzidas no âmbito público e privado. A fotografia é um instrumento o entendimento de hábitos e períodos históricos sendo como pontes com o passado. E essas dimensões podem ser tanto pessoais como sociais. Conforme será analisada nas páginas a frente as fotografias são como instrumento de nossas memórias as quais podem ser manipuladas a fim de evitar registros indesejáveis. Ainda assumem papel cultural, histórico e social contendo em si significações políticas e ideológicas.

3.1 A fotografia como documento arquivístico

Desde a criação da fotografia, a sociedade vem registrando o mundo, e desenvolvendo narrativas diferenciadas. As imagens fotográficas refletem um uma época e os reflexos do homem. Muitos são os estudos desenvolvidos sobre os objetos fotográficos.

A palavra fotografia tem origem no idioma grego e significa escrever com a luz (foto = luz e grafia = escrita). Nesse sentido, o significado da própria palavra já a nomeia como documento. A fotografia registra um momento, um instante do passado, do presente de nossas vidas, constituindo a construção da história, da cultura, da educação de uma sociedade. (BOCATTO; FUJITA, 2006, p. 86)

Há uma vasta bibliografia no que tange a conservação, e a contribuição para a memória. Porém, acho válido destacar aqui o debate da fotografia enquanto documento arquivístico, para assim entender o lugar que as fotos de Mauro Thibau ocupam.

Como primeiro ponto, deve-se pensar nas questões metodológicas relativas à organização das imagens. Como anteriormente citado, as preocupações com o tratamento e conservação das fotografias são normalmente priorizados, principalmente em razão da conservação do suporte, resultando assim, em um desmembramento do conjunto documental que a fotografia pertence, para garantir tratamento adequado às necessidades do item fotográfico (temperatura, armazenamento, invólucros).

Embora presentes na maioria dos arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, e submetidas a tratamento de identificação, arranjo/classificação e descrição nesses espaços, vimos que as fotografias têm sido, no entanto, pouco problematizadas no que diz respeito às relações entre as suas características de registro visual e os atributos exigidos para a aferição de seu valor documental. (LACERDA, 2008, p. 76)

A dissociação da fotografia com o restante documentação é um problema recorrente para os profissionais que atuam em instituições arquivísticas. A equipe da Memória da Eletricidade, investe esforços para compreender e resgatar o sentido e a organização original do fundo e ou coleção da qual a fotografia pertence, ou seja, como a documentação chegou à instituição e compreender organização original, é grande e se torna um aspecto importante e que corrobora para a falta de entendimento ao lidar com esse e outros acervos.

A falta de questionamentos sobre a metodologia de tratamento desses registros, do ponto de vista de sua natureza documental, deu espaço ao desenvolvimento de uma abordagem que privilegia questões relativas à preservação dos suportes, numa forma de “compensação metodológica” que tenta suprir a falta de elaboração de um método adequado desses documentos. Tratar fotografias em arquivos, em muitos casos, significa sistematizar conhecimentos metodológicos relativos à conservação, restauração e preservação. Nesse sentido, a justificativa da separação desses registros de seu conjunto original para intervenções de conservação encontra no argumento da preservação dos suportes seu tom mais eloquente e, via de regra, imprime ao tratamento peça a peça uma legitimidade naturalizada pela necessidade de preservar. (LACERDA, 2008, p. 80)

Um exemplo de análise fotografias, sem antes ter uma investigação sobre o contexto de produção do documento é a imagem do titular Mauro Thibau, junto a um grupo de indígenas. A interpretação sem a pesquisa histórica sobre o registro pode ocasionar em uma informação errada. Por exemplo, nesse caso citado, surgem diversas interpretações de quem avalia apenas a imagem. Mauro Thibau estava à frente do Ministério das Minas e Energia no período de grande investimento e crescimento do setor elétrico nacional. O registro do ministro com os

indígenas da região de Roraima poderia ser interpretado como uma visita para analisar o aproveitamento hidrelétrico da área e/ ou desapropriar o povo da região. Ainda que essa prática tenha sido muito recorrente durante a expansão do setor de energia elétrica, não era o contexto real da fotografia. Mauro Thibau, na qualidade de ministro, foi chamado pelo próprio líder da tribo, o qual denunciou a presença de norteamericanos praticando o extrativismo mineral, ilegal na região. Borris Kossoy descreve sobre esses equívocos comuns na pesquisa não aprofundada e sem o contexto original:

Pesquisadores dedicados aos diferentes gêneros de história, apesar de reconhecerem ultimamente na iconografia uma possibilidade interessante para a reconstituição histórica, por vezes se equivocam no emprego das imagens fotográficas em suas investigações. Provavelmente, por não alcançarem as peculiaridades estéticas desta forma de expressão, que difere na sua essência das demais representações gráficas e pictóricas. Equívocos ocorrem pela desinformação conceitual quanto aos fundamentos que regem a expressão fotográfica, o que os leva a estacionarem apenas no plano iconográfico, sem perceberem a ambiguidade das informações contidas nas representações fotográficas. (KOSSOY, 2002, p. 20)

Ou seja, é importante entender a fotografia enquanto documento, buscando que suas relações orgânicas sejam preservadas a fim de servir como fonte de pesquisa histórica. Na maioria das vezes a documentação arquivística textual, respalda e dá coerência ao registro fotográfico.

As fotografias e outros documentos de gênero diferente dos textuais costumam não receber o mesmo tratamento arquivístico que os últimos. De maneira geral, os documentos de outros gêneros costumam ser classificados de acordo com seu gênero e sem haver correlações necessárias de contexto, organicidade, pertença e interrelacionamento entre os outros documentos do acervo e entre o produtor do acervo. Pensa-se que essa disparidade com relação ao tratamento está relacionada ao fato de que a maioria da documentação arquivística existente, problematizada e utilizada é a do gênero textual. (MARIZ; SILVA, 2018, p. 39)

Ao longo da história a fotografia tem sido utilizada como forma de comunicação e prova ou também chamada por Kossoy (2002) como “testemunho da verdade”. De acordo com o fotógrafo e historiador, todo o conteúdo de uma foto guarda experiências de vida de um determinado momento e/ou situação significativos. Fotografias registram lembranças imutáveis de determinadas circunstâncias, de momentos vividos que são irreversíveis.

Os documentos históricos que nos apresentam, aliados a outras formas de expressão, refletem importantes momentos que devem ser conhecidos para a preservação da memória e nos estudos desse e de outros campos.

O documento fotográfico está presente em diversas áreas do conhecimento e em algumas se torna um elemento quase que indispensável para pesquisas. É usado para observações de culturas e povos juntamente a diários de campo pela antropologia, para diagnosticar doenças com fotografias científicas no caso da medicina, verificar as mudanças numa cidade, suas construções e urbanização na arquitetura, como objetos de valor histórico pela sociologia e historiografia. Estes são apenas alguns exemplos da importância do documento fotográfico para, junto à textos escritos, ajudar a entender fatos do presente ou do passado. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 39)

Ainda que as fotografias do fundo Mauro Thibau tenham sido desmembradas do restante da massa documental, a organização arquivística privilegiou manter a lógica de acumulação e produção dos arquivos textuais do titular do acervo e tem prevista a realização de um novo arranjo documental.

3.2 A fotografia e a memória coletiva

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) coloca a memória como uma construção social, a partir da relação com os outros através das categorias de linguagem, espaço, tempo, família, classes sociais e tradições. A memória também pode ser vista enquanto um fenômeno social que abarca tanto a expressão do individual quanto a do coletivo. Por essa razão a sociedade conserva informações, interferindo na história, na política, como é o caso do registro fotográfico de Mauro Thibau. Para Halbwachs (1990) o indivíduo é unicamente responsável pelo seu passado e pela sua história. A memória individual e o fator social contribuem para a construção da memória coletiva.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACKS, 1990, p. 25)

A memória individual é uma forma de registro que contribui para a memória coletiva. Ainda que tenhamos lembranças que tangem apenas o individual, em momentos únicos para

cada um, a memória compartilhada com outros indivíduos, a partir do compartilhamento de experiências, a memória coletiva será maior.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACKS, 1990, p. 26)

Outro autor que contribui para o estudo da memória coletiva, é o historiador Pierre Nora e seu conceito de memória coletiva como “lugares de memória” (NORA, 1993). Para o historiador existem três características para entender o lugar de memória, são eles: material, simbólico e funcional.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. (NORA, 1993, p. 21)

Aplicando o conceito de Nora na presente pesquisa, entende-se que o caráter material, dos centros de memória e instituições de guarda, converge com a missão que a Memória da Eletricidade carrega consigo. Também possível entender a materialidade do acervo aqui estudado. No que tange ao sentido simbólico, pode-se pensar no arquivo fotográfico de Mauro Thibau enquanto uma representação de um acontecimento e/ ou representação da história e de um grupo. Finalmente sobre o aspecto funcional, há o esforço por parte da instituição em salvaguardar o acervo para a preservação da memória e da história, tendo como finalidade a divulgação da informação contida na documentação.

Conclui-se que as imagens estudadas contribuem para a construção e manutenção do que foi debatido sobre o conceito de memória coletiva, se consolidando como um banco de informações sobre determinado tema, mas que reflete, por meio das memórias individuais registradas e acumuladas por Thibau, o reflexo de uma época e a contribuição para a memória coletiva.

4 A FOTOGRAFIA E AS IMPLICAÇÕES AUTORAIS

Esse capítulo aborda a questão da fotografia no contexto jurídico. Baseando-se na Lei de Direito Autoral (Lei nº 9.610/1998), a fim de compreender a proteção das fotografias aqui analisadas tanto no meio físico quanto no digital.

Dando continuidade aos resultados obtidos no capítulo 3, a ideia desse capítulo é promover uma discussão, que auxilie o trabalho dos profissionais de acervo no estudo e na divulgação de fotografias em ambientes virtuais, assegurando boas práticas de difusão, resguardando a instituição custodiadora e disponibilizando o acesso e uso do material, para pesquisa.

A utilização da Lei de Direito Autoral (LDA), como base para o estudo dos documentos fotográficos auxiliou na construção de um quadro que consta as informações gerais da fotografia e as questões em relação a difusão na *web*. Posteriormente serão apresentadas possíveis soluções para a disponibilização de todo o conjunto fotográfico do acervo do Mauro Thibau.

4.1 O que é a LDA?

A Lei de Direito Autoral trata-se de uma lei brasileira que garante a proteção autoral de obras. O direito autoral contempla a natureza moral, conferindo a proteção à personalidade e o direito patrimonial, ou seja, relativos, de domínio e exploração econômica. Segundo Mariana Giorgetti Valente e Bruna Castanheira de Freitas (2017), “O direito autoral brasileiro é disciplinado essencialmente pela Lei nº 9.610/1998 – a Lei de Direitos Autorais – e oferece proteção às obras intelectuais nos campos literário e artístico”.

Frente ao avanço da internet, a qual atinge quase todos os segmentos da sociedade, presente nas casas, escolas, instituições, até mesmo dentro do bolso, se deparam com o compartilhamento de arquivos protegidos por direito de autor. O direito de autor desenvolveu-se por séculos até atingir o status atual, o qual se encontra ameaçado pelo volume de infrações à lei de direitos autorais. Há, então, o confronto entre os direitos patrimoniais e morais do autor e o direito de acesso à informação.

O especialista na temática da legislação autoral em acervos, Sérgio Branco, em relação a criação intelectual existe pelo menos dois tipos de direito. A primeira, a propriedade do bem físico em que a obra intelectual se encontra fixada. No caso da pesquisa, os registros fotográficos em papel do arquivo Mauro Thibau. Nesse caso, há o questionamento sobre a

titularidade dos direitos autorais do documento fotográfico por conta da falta de informação sobre quem é o autor da imagem.

A propriedade do bem físico (uma fotografia impressa, por hipótese) pode ser um de um titular, enquanto os direitos do autor sobre a obra serão outro. Tanto é assim que o art. 37 da LDA (Lei 9.610/98, a lei brasileira de direitos autorais) prevê que “a aquisição do original da uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei. (BRANCO, 2017, p. 75)

No caso do arquivo aqui estudado, ele é salvaguardado por um centro de memória, uma instituição sem fins econômicos. Além disso, Memória da Eletricidade também não cobra pelo serviço de pesquisa que faz, nem ao menos nas digitalizações, fato que corrobora mais ainda pelo reconhecimento por parte da entidade em relação aos direitos patrimoniais. Ou seja, a disponibilização das mídias não possui nenhum ganho monetário, mas sim, promover a disseminação de informações de maneira livre. Considerando que a produção intelectual possui duas linhas (patrimoniais e morais), é preciso focar nas questões morais, que são passíveis de análise na situação da divulgação das fotografias do político Mauro Thibau.

Nesse sentido é importante estar atentos ao artigo 24 da LDA:

Dos Direitos Morais do Autor

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma

que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem. (BRASIL, 2021a)

Direito de autor: é uma ramificação da propriedade intelectual, englobando os direitos que o autor possui sobre sua obra, mesmo que anonimamente.

Rigorosamente, o Direito Autoral, tem como conteúdo básico, fundamental, assim no âmbito patrimonial como na ordem não patrimonial, o poder de comunicar a obra intelectual ao público, poder esse que é conferido ao seu titular especialmente quando este é o autor daquela obra, que é a sua causa eficiente: enquanto a criação da obra é o fato determinante de sua autoria (consequentemente, da titularidade dos direitos subjetivos autorais), a obra, isto é, a criatura é o fato que faz nascerem tais direitos, já que necessariamente ela há de ser exteriorizada, objetivada. (MANSO, 1985, p. 01)

Ainda sobre o direito autoral e sua função social:

A nosso ver a função social do direito autoral é a difusão cultural em prol da coletividade e do meio ambiente social, elemento essencial não processo evolutivo das civilizações. Em outras palavras, quando o autor divulga o seu conhecimento, disponibilizando-o à sociedade, ele está cumprindo a função social do direito de autor. Cremos que quanto mais protegida for a obra do intelecto, mais incentivado será o seu criador, mais conhecimento produzirá e mais desenvolvida será a sociedade. (SANTOS, 2009, p. 87)

Contribuição para o conhecimento:

Mais concretamente, o direito autoral está sujeito a todas as grandes determinações finalísticas coletivas que a Constituição exprime, como sejam o serviço da cultura, do ensino, da investigação científica, da informação, da comunicação social, do acesso às fontes de informação. (WACHOWICZ; SANTOS, 2010, p. 18)

Direito moral: autor possui proteção dupla: proteção aos direitos patrimoniais do autor, como também aos direitos morais dele. Neste sentido o artigo 22 da LDA exprime: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” (BRASIL, 1998)

Em relação ao direito autoral na internet é necessário entender a mesma como meio de comunicação, Ambiente onde a interação social é muito forte, caracterizando-se ainda mais pelo termo meio de comunicação A sociedade se adaptou rapidamente a este contexto de interação virtual, com as movimentações sociais, surge a necessidade de regulamentação por parte do Estado para evitar a violação de direitos das pessoas físicas e jurídicas, bem como haver a possibilidade de ressarcimento em caso de violação desses direitos.

A crescente evolução tecnológica forneceu a base para o surgimento de uma nova sociedade, a “sociedade da informação”, que vive parte de sua vida no “mundo real” e parte no “mundo virtual” ou no cyberspaço. Estamos vivendo a revolução do computador, da Internet e dos meios de comunicação, como o celular. Denominamos esse cenário “era digital”, que é a sociedade marcada pela revolução digital e pela disseminação da informação. As duas tecnologias fundamentais da era digital são os computadores e as comunicações. Em síntese, a sociedade da informação tem como instrumento nuclear a Internet. (SANTOS, 2009, p. 92)

A falta de conhecimento sobre os fotógrafos/autores que produziram as fotografias acumuladas por Mauro Thibau, se torna uma questão, mas o reconhecimento desse fato e o bom uso do material podem ser ressaltados na hora de conceder o uso da imagem.

A respeito dos direitos de imagem, é preciso entender os limites das pessoas retratadas. Ainda que o exista o direito de autor, o direito da “dignidade humana” e de privacidade estão regulados pelo art. 20. As fotografias do arquivo pessoal de Mauro Thibau registram o mesmo em cumprindo suas atividades enquanto político. Vale ressaltar que a legislação também contempla o direito de imagem de pessoas públicas.

A doutrina diverge acerca da extensão do direito de imagem de pessoas públicas. Anderson Schreiber afirma que “a proteção ao direito de imagem de celebridades é tão intensa quanto a de qualquer um. O fato de viverem de sua imagem na mídia só reforça a importância de que a representação física assume em relação àquelas pessoas. Famosa ou não, qualquer pessoa tem o direito de proibir a circulação indesejada de sua representação exterior. (BRANCO, 2017, p. 82)

No caso de arquivos privados o uso aberto das fotografias causa insegurança. E com o advento da digitalização e tecnologia o documento foge do controle dos pesquisadores que antes concediam acesso apenas pelo presencial.

Que dizer quando há anônimos em companhia de pessoas públicas? Será que fotografias de políticos no exercício de suas atividades podem ter sua exibição pública proibida em um acervo em razão da presença de uma pessoa não pública? Parece-nos que não. Afinal, quem acompanha pessoas públicas, em atos públicos, se sujeita a ser fotografada. (BRANCO, 2017, p. 84)

Durante o período de acumulação e doação do acervo os profissionais entendiam o acervo em questão, como legal. A partir dos estudos acerca dos direitos autorais e a Lei de Direitos Autorais de 1998, a qual regulamenta o acesso e uso das fotografias, por exemplo, pode-se acrescentar a divulgação em ambiente virtual.

Sobre as autorizações da obra fotográfica em instituições de memória, Valente e Castanheira explicam:

Essas perguntas estão relacionadas com uma percepção de que alguns usos deveriam ser permitidos pela legislação, porque seriam justificados de acordo com seus fins. Tecnicamente, os usos permitidos, ou seja, os que podem ser feitos sem que seja necessário pedir autorização ou remunerar o autor ou detentor de direitos, são as limitações e exceções. Como tratamos na parte de conceitos fundamentais, o direito de autor, como qualquer outro direito, não é um direito absoluto: previsto na Constituição Federal, ele é limitado por outros direitos igualmente constitucionais. A LDA define contornos dessa limitação, estabelecendo um conjunto expresso delas e uma cláusula geral, nos arts. 46, 47 e 48. (VALENTE; FREITAS, 2017, p. 48)

4.2 As fotografias de Mauro Thibau na *web*

A imagem tem ganhado ao longo do tempo cada vez mais importância como meio de expressão. Por esse motivo surge a necessidade das instituições custodiadoras de acervos em se atualizar, para suprir os avanços de consumo da sociedade em relação ao uso de imagens com o objetivo científico, educacional e cultural.

Instituições de memória, que têm entre suas principais funções preservar e dar acesso ao conhecimento e à cultura, estão diretamente implicadas nessas tensões. Quando se defrontam com dúvidas sobre a legalidade de um determinado uso de uma obra intelectual, ou ainda com a necessidade de interpretar se determinado uso é permitido ou não pela legislação brasileira, elas estão diante de uma atualização dessa questão do equilíbrio entre a

proteção ao autor concedida pelo direito autoral e o acesso do público às obras. (VALENTE; FREITAS, 2020, p. 18)

Pensando na missão de difundir seu acervo, a Memória da Eletricidade tem como objetivo disponibilizar as fotografias oferecendo parâmetros. Segundo Mariz e Silva (2018):

A difusão e o acesso são o último degrau do tratamento arquivístico. Possibilitar o acesso é tornar conjuntos documentais passíveis de consulta através das técnicas e teorias arquivísticas aplicadas. O acesso aos arquivos está diretamente ligado aos direitos dos cidadãos e, no Brasil, recentemente foi instituída a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelecendo novo cenário em relação a essa questão. (MARIZ; SILVA, 2018, p. 34)

A Memória da Eletricidade pretende contratar uma manutenção evolutiva para seu site e dentre as melhorias previstas, deseja acrescentar como funcionalidade uma área para os usuários. Nesse ambiente os profissionais da instituição terão acesso ao rastreamento e identificação do consumo/interesse/perfil do usuário, conseguirá diferenciar a pesquisa, ver a solicitação de reserva de documentos do acervo. Cogita-se também a ferramenta que exiba o histórico de pesquisa do usuário e a opção do mesmo de “favoritar” as informações que ache relevantes, por meio da criação de pastas de pesquisa. Cabe ressaltar que ao se cadastrar, o usuário deverá concordar /estar ciente das políticas e regulamentos do acervo, como será o caso do produto aqui desenvolvido: “Manual de boas práticas para o uso do acervo fotográfico da Memória da Eletricidade”.

5 MAPEAMENTO DAS FOTOGRAFIAS DO ARQUIVO MAURO THIBAU

Visando melhor interpretar, descrever o conteúdo informacional e mapear as implicações autorais que incidem a fotografia, foi realizada uma análise quantitativa de todo o arquivo pessoal estudado. Identificou-se cinco categorias entendidas como mais complexas, a respeito das implicações autorais das fotografias. Cita-se: fotografias de políticos, fotografias de personalidades da época, fotografias de indígenas, fotografias com crianças, e fotografias com registro de produtor, ou seja, nessa última categoria, itens fotográficos que possuem em seu verso um carimbo de identificação das empresas que a produziram. A partir dessa análise pode-se identificar de maneira mais abrangente o ato de produção e acumulação das fotografias. Em seguida, realizou-se uma análise qualitativa, trazendo o recorte de seis fotografias pertencente ao arquivo particular proposto. As imagens selecionadas foram escolhidas após uma avaliação dos itens que compõem o arquivo fotográfico e que se ilustram cada categoria, para a posterior discussão a respeito da sua divulgação em ambiente virtual, no caso, o site da Memória da Eletricidade.

5.1 Análise quantitativa das fotografias do arquivo pessoal Mauro Thibau

Fotografias Arquivo Mauro Thibau				
Código	Título	Nº itens		Observação
I.F.088	Fábrica da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica – ASEA (ABB). (1965)	48	Fotografias de Mauro Thibau com personalidades do setor de energia elétrica.	
I.F.089	Construção da Usina Hidrelétrica Jaguará da Companhia de Minas Gerais – Cemig. (1966)	36	12 fotografias de Castello Branco e 2 com crianças	
I.F.090	Evento comemorativo da chegada da energia elétrica no Ceará. (1965)	48	12 fotografias de Castello Branco	
I.F.091	Visitas e cerimônias oficiais durante o processo de construção da linha de transmissão Paulo Afonso. (1965)	52	Fotografias do titular acompanhado da esposa, Palmira Branco.	

I.F.108	Visita à Usina de Peixoto. (1959)	1	Foto de Mauro Thibau junto aos colegas engenheiros.	
I.F.109	Visita do ministro Mauro Thibau (MME), à Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança – COHEB. (1967)	4	2 fotos de Mauro Thibau com José Ribamar Sarney e César Calls.	Carimbo Copyright by Fritz Simons Fotostudio. Assunto: Visita: Ministro Mauro Thibau
I.F.110	Visita do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, à Usina Hidrelétrica Boa Esperança. (1964-1967)	11	5 fotos de Mauro Thibau com Castello Branco	Carimbos da Agência Nacional – Brasília (DF) (3 fotos).
I.F.111	Viagem de Mauro Thibau ao Espírito Santo. (1965)	15	Foto com Raimundo Andrade (deputado federal do Espírito Santo)	Verso com a inscrição: “Antiga Ecelsa Espírito Santo”
I.F.112	Viagem do ministro Mauro Thibau à Turquia. (1966)	10	Fotos de viagem em empresa de engenharia, e monumento, Turca.	
I.F.113	Jantar de aniversário de Mauro Thibau. (1964-1967)	5	Fotos com personalidades do setor elétrico.	
I.F.114	Viagem à Porto Alegre. (1966)	5	5 fotografias com Ernesto Geisel.	Fotos com carimbo no verso: “Serviço de divulgação do Palácio Piratini
I.F.115	Viagem de Mauro Thibau à Roraima. (1966)	4	4 fotografias de Thibau com os indígenas Ianomâmis	
I.F.116	Visita do ministro Mauro Thibau à refinaria Gabriel Passos da Petrobras. (1966)	2	1 foto de Castello Branco.	Verso com o carimbo “Fotógrafo Góes, rua Carijós, praça 7 – Belo Horizonte
I.F.117	Viagem de Mauro Thibau ao Ceará. (1964-1967)	8	1 fotografias com Virgílio Távora.	
I.F.118	Subestação Saudade, da Light Serviços de Eletricidade S.A. (1966)	1	1 fotografia da subestação.	Verso com carimbo do

				Departamento de relações pública – serviço fotográfico. Fotógrafo Octacilio B. Monteiro de Ferreira Netto
I.F.119	Estações da Light. (1965-1966)	2	2 fotografias Estação receptora de Campo Grande e Estação Artur Rios.	Verso com carimbo do Departamento de relações pública – serviço fotográfico. Fotógrafo Octacilio B. Monteiro de Ferreira Netto'
I.F.120	Linhas de transmissão Fontes Nova.	5	5 fotografias das torres de transmissão e obras.	Verso com carimbo do Departamento de relações pública – serviço fotográfico. Fotógrafo Octacilio B. Monteiro de Ferreira Netto'
I.F.121	Entrevista de Mauro Thibau à American e Foreign Power Company – Amforp. (1964)	2	2 fotografias com a presença de outros engenheiros elétricos.	
I.F.122	Visita do ministro Mauro Thibau à Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp. (1964-1967)	10	Fotografia de discurso em auditório.	
I.F.123	Assembleia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. (1964-1967)	3	Fotografias da assembleia com o registro de personalidades do setor elétrico.	
I.F.124	Assembleia das Centrais Elétricas S.A. – Eletrobras. (1965)	4	Mauro Thibau e engenheiros do setor de energia elétrica.	
I.F.126	Viagem de Mauro Thibau à Bahia. (1964-1967)	3	Foto com políticos da Bahia e sua esposa Palmira Branco Thibau.	

I.F.128	Fotografias da Usina Boa Esperança – Chesf. (1964-1967)	6	Foto de Castello Branco e comitiva presidencial da usina e vila residencial.	
I.F.129	Visita do ministro Thibau à Chesf. (1964-1967)	1	Fotografia de Mauro Thibau em reunião.	
I.F.130	Viagem do ministro Mauro Thibau à Santa Catarina. (1964-1967)	10	Fotografias de solenidade junto a personalidades do setor elétrico.	
I.F.131	Visita do ministro Mauro Thibau à Usina Hidrelétrica do Vale do Paraíba. (1964-1967)	7	Fotografias de Thibau junto à personalidades do setor elétrico.	
I.F.132	Viagem do ministro Mauro Thibau ao Rio Grande do Norte. (1964-1967)	1		
I.F.133	Visita do ministro Mauro Thibau à Companhia Energética do Piauí – Cepisa. (1967)	2	Fotografias de Mauro Thibau cumprimentando técnicos locais.	
I.F.134	Visita à Escola superior de Guerra – ESG. (1964-1967)	1	Fotografia de Thibau e Ronaldo Moreira da Rocha nas dependências da ESG - Bahia	
I.F.135	Visita do ministro Mauro Thibau à Centrais Elétricas de Urubupungá. (1964)	6	Fotografias da visita às obras do complexo hidrelétrico.	
I.F.136	Convênio entre Cemig e Ministério de Minas E Energia. (1966-1967)	4	Fotografias da assinatura do convênio.	
I.F.137	Homenagem à Mauro Thibau. (1966-1967)	5	Fotografias de Mauro Thibau por ocasião do título de cidadão mineiro.	
I.F.138	Mauro Thibau na Companhia Energética de Minas Gerais. (1952-1961)	1	Foto de assinatura de documento.	
I.F.139	Mauro Thibau em visita ao Banco do Estado de Minas Gerais.	1	Fotografia de Thibau e outros, sentados à mesa.	Carimbo da Bemge - Relações Públicas.
I.F.140	Homenagem a Mauro. Thibau. (1964-1967)	4	Fotografias de Mauro Thibau com a sua esposa, Palmira Branco Thibau.	
I.F.141	Mauro Thibau em jantar. (1962)	1	Fotografia do titular junto à esposa	

I.F.142	34ª Reunião do Comitê Internacional de Grandes Barragens. (1966)	5	Fotografias com as personalidades e técnicos do setor elétrico.	
I.F.143	Convênio entre o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. (1964-1967)	1	Assinatura de documento do convênio entre o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD	Carimbo no verso com a inscrição da "Fotografia da Agência Nacional, Rio Brasil".
I.F.144	Congresso do Comitê de Integração Elétrica Regional – Cier. (1964)	2	Fotografias com os integrantes da mesa.	
I.F.145	Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica. (1964)	3	Conjunto com 3 imagens do Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica com Mauro Thibau e esposa e delegação brasileira.	Carimbo no verso com a inscrição "Revista dos Transportes, Rio de Janeiro".
I.F.146	Mauro Thibau na conferência de abertura do X Congresso da Associação Brasileira de Cerâmica. (1964)	1	Fotografia de Mauro Thibau na conferência de abertura do X Congresso da Associação Brasileira de Cerâmica - ABCERAM, realizado entre os dias 5 a 11 de julho de 1964 no Rio de Janeiro	
I.F.147	Sede do Ministério das Minas e Energia. (1964-1967)	7	Conjunto com 7 imagens da sede do Ministério das Minas e Energia. Vista da fachada e lateral de edifício da Petrobras.	
I.F.148	Congresso de Distribuição. (1988)	2	Conjunto com 2 imagens de Mauro Thibau fazendo explanação no Congresso de Distribuição.	
TOTAL: 350 FOTOGRAFIAS				
FOTOGRAFIA POLÍTICOS: 59 itens				

FOTOGRAFIA PERSONALIDADES: 61 itens
FOTOGRAFIA INDÍGENAS: 04 itens
FOTOGRAFIA CRIANÇAS: 04 itens
FOTOGRAFIAS COM REGISTRO DE PRODUTOR: 50 itens

A tabela, ao apresentar o quantitativo das fotografias pertencentes ao arquivo pessoal Mauro Thibau e as ocorrências já desenvolvidas no presente trabalho, reforça que o estudo do documento fotográfico e sua divulgação devem estar em consonância. As questões a respeito da imagem dos indígenas e crianças, por exemplo, se mostraram em menor quantidade, mas ainda assim surgem como exemplos de como deve-se proceder e estar atento com fotografias dessas naturezas.

5.2 Análise qualitativa das fotografias selecionadas

Como metodologia para selecionar a informação iconográfica da segunda tabela, foi utilizado o modelo de estudo das imagens da pesquisadora Johanna Wilhelmina Smit (1996), onde a autora realiza uma análise da representação de um documento iconográfico, no caso, a imagem fotográfica.

A priori, ressalta a importância do referido documento para fins de documentação, prezando sempre por uma interpretação profunda da essência da imagem captada, das razões que levaram a sua constituição, esclarecendo como se deve proceder quanto ao tratamento para sua recuperação, de modo a criar uma representação eficaz daquele documento imagético. Na perspectiva da representação a autora traz as considerações de Dubois (1994), onde o mesmo atribui três níveis de percepção da imagem, fazendo um paralelo aos níveis de percepção de informação proposto por Charles Sanders Peirce (Ícone, índice e símbolo), quais sejam: a fotografia como espelho do real (a descrição fiel do real a partir de seu referente); a fotografia como transformação do real (não se dá a percepção e uso da imagem exclusivamente a partir do referente, mas também pelas relações sociais e culturais de forma relativizada); e a fotografia como traço do real (a imagem remete ao seu referente, uma vez que foi incorporada à relatividade cultural e ideológica). A partir do 3º nível extrai-se que a imagem fotográfica tem o poder de representação, pois podemos isolar o seu referente sem, todavia, deixá-lo de fora, ou seja, a imagem apenas o representa e não se confunde com o mesmo, e com isso não descarta a característica polissêmica da imagem. Mais à frente, a autora traz as considerações de Erwin Panofsky (1979) para, a partir da construção de uma percepção da imagem fotográfica, estabelecer agora níveis de análise da mesma, sendo eles, para este autor três: 1) nível pré-iconográfico (considerações imediatas e superficiais do que se observa na imagem); 2) nível iconográfico (construção de um assunto secundário, conceito mítico, a partir da 1ª análise); e 3) nível iconológico (busca realizar uma interpretação intrínseca do conteúdo da imagem, entretanto, fatores culturais, artísticos e sociais nos quais a imagem foi gerada devem ser

considerados). Frisa-se que neste 3º nível de análise, o interpretante buscará elaborar teorias, ou seja, constructos externos à fotografia. (SILVA, 2017, p. 193)

No caso da presente pesquisa, uma coluna intitulada “Implicações autorais” foi adicionada para melhor identificar os agentes envolvidos, e alertar as possíveis questões relativas aos direitos autorais, de imagem, entre outros.

A representação da imagem supõe o refinamento da grade de leitura do conteúdo informacional da imagem fotográfica, através do detalhamento das categorias QUEM, ONDE, QUANDO e O QUE, relacionadas aos níveis DE genérico, DE específico e SOBRE. A anunciada tentativa de introdução da tipologia da imagem, se esta se verificar pertinente, visará ao aumento da consistência e eficácia no processo de representação da imagem, retirando-a do atual tratamento "caso a caso". (SMIT, 1996, p. 35)

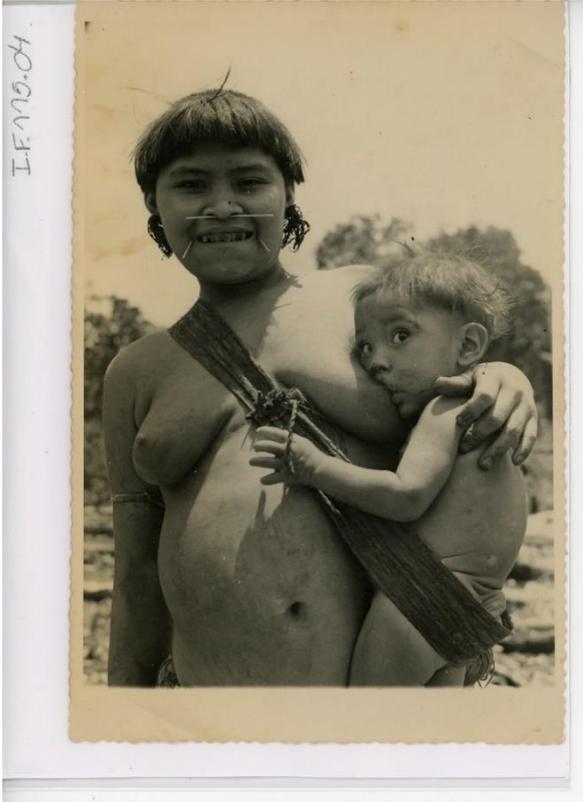
A resposta às perguntas propostas pela tabela a seguir, tem o objetivo de nortear não apenas os profissionais atuantes no centro de memória no entendimento e dimensões do item fotográfico, como também auxiliar no desenvolvimento do produto aqui proposto, servindo de exemplo para o usuário do site.

Quadro 1 – Mauro Thibau e sua esposa Palmira Branco Thibau viajando em ocasião do Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica

Fotografia				
Categoria	DE genérico	DE específico	Sobre	Implicações autorais
QUEM	Homem e mulher sentados	Mauro Thibau e sua esposa Palmira Branco Thibau	Mauro Thibau e sua esposa Palmira Branco Thibau viajando em ocasião do Seminário Latino-Americano de Energia Elétrica.	<p>Quem é o autor da fotografia?</p> <p>No verso do documento tem o carimbo da Revista dos Transportes. Ela é a detentora dos direitos?</p>
ONDE	Dentro de avião	Em viagem para Lima, Peru.		
QUANDO	[1964-1967]	Novembro de 1967		
O QUE/COMO	Fotografia posada	Registro casal		
CATEGORIA DE ANÁLISE	Fotografia de personalidade			

FONTE: Arquivo Pessoal Mauro Thibau.

Quadro 2 – Imagem de mulher indígena com seu filho no colo sendo amamentado

Fotografia				
Categoria	DE genérico	DE específico	Sobre	Implicações autorais
QUEM	Mulher com criança de colo	Mulher indígena amamentando seu filho	Imagem de mulher indígena com seu filho no colo sendo amamentado.	Proteção autoral da imagem de crianças. Direito de imagem indígena. Quem é o autor da fotografia?
ONDE	Local aberto	Sem informação		
QUANDO	[1964-1967]	Sem informação		
O QUE/COMO	Fotografia posada	Registro das características do fotografado		
CATEGORIA DE ANÁLISE	Fotografia de indígena			

FONTE: Arquivo Pessoal Mauro Thibau.

Quadro 3 – Castello Branco e o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner no contexto de viagem de relações internacionais de Itaipu

<p>Fotografia</p>				
<p>Categoria</p>	<p>DE genérico</p>	<p>DE específico</p>	<p>Sobre</p>	<p>Implicações autorais</p>
<p>QUEM</p>	<p>Homens desembarcando de avião</p>	<p>Presidente Castello Branco e o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner</p>	<p>Castello Branco e o presidente paraguaio, Alfredo Stroessner no contexto de viagem de relações internacionais de Itaipu.</p>	<p>O titular do acervo não está presente no registro.</p> <p>Quem é o autor da fotografia?</p> <p>As pessoas fotografadas tem direito de imagem?</p>
<p>ONDE</p>	<p>Voltando de uma viagem</p>	<p>Sem informação</p>		
<p>QUANDO</p>	<p>[1964-1967]</p>	<p>Período de atuação do presidente Castello Branco</p>		
<p>O QUE/COMO</p>	<p>Sem informação</p>	<p>Sem informação</p>		
<p>CATEGORIA DE ANÁLISE</p>	<p>Fotografia de político</p>			

FONTE: Arquivo Pessoal Mauro Thibau.

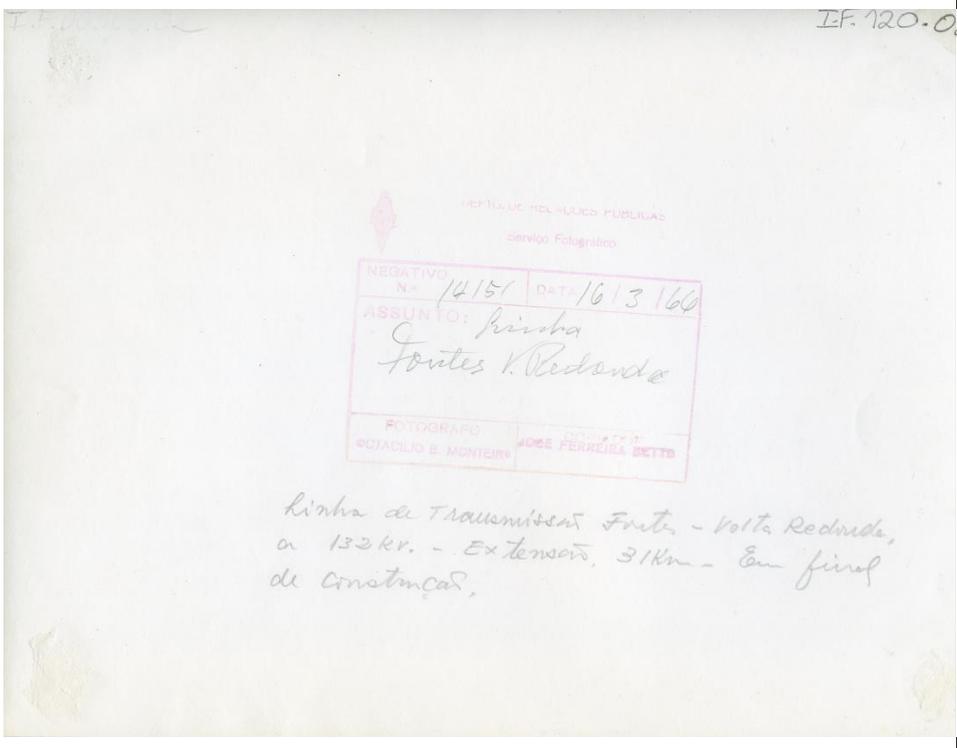
Quadro 4 – Presidente Castello Branco cercado por crianças

<p>Fotografia</p>				
<p>Categoria</p>	<p>DE genérico</p>	<p>DE específico</p>	<p>Sobre</p>	<p>Implicações autorais</p>

QUEM	Homem cercado por crianças	Presidente Castello Branco cumprimentando e interagindo com grupo de crianças	Sem informação	<p>Proteção autoral da imagem de crianças.</p> <p>O titular do acervo não está presente na imagem.</p> <p>Quem é o autor da fotografia?</p> <p>As pessoas fotografadas tem direito de imagem?</p> <p>Obs.: muitas das imagens acumuladas por Thibau não registram o mesmo e sim terceiros ligados ao seu contexto de atuação.</p>
ONDE	Local aberto	Sem informação		
QUANDO	[1964-1967]	Sem informação		
O QUE/COMO	Sem informação	Sem informação		
CATEGORIA DE ANÁLISE	Fotografias com crianças			

FONTE: Arquivo Pessoal Mauro Thibau

Quadro 5 – Visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, e comitiva, à Usina Hidrelétrica Boa Esperança, durante a sua construção

<p>Fotografia</p>				
Categoria	DE genérico	DE específico	Sobre	Implicações autorais
QUEM	Papel	Verso de fotografia	<p>Verso de fotografia, com carimbo do Departamento de Relações Públicas – Serviço Fotográfico, com nome do fotógrafo</p>	<p>Quem é o autor da fotografia? Octacílio B. Monteiro.</p> <p>As pessoas fotografadas tem direito de imagem?</p>
ONDE	Sem informação			
QUANDO	1966	Visita técnica à Usina.		
O QUE/COMO	Verso de fotografia	Informação sobre a produção da imagem.		
CATEGORIA DE ANÁLISE	Registro do produtor			

FONTE: Arquivo Pessoal Mauro Thibau.

Quadro 6 – Visita de Mauro Thibau, na qualidade de ministro das Minas e Energia em aldeia Inomâni, para apurar denúncias relativas à prospecção mineral ilegal por missionários nortes americanos.

<p>Fotografia</p>				
<p>Categoria</p>	<p>DE genérico</p>	<p>DE específico</p>	<p>Sobre</p>	<p>Implicações autorais</p>
<p>QUEM</p>	<p>Grupo de homens</p>	<p>Ministro das Minas e Energia, Mauro Thibau e indígenas Ianomâmi</p>	<p>Visita de Mauro Thibau, na qualidade de ministro das Minas e Energia em aldeia Inomâni, para apurar denúncias relativas à prospecção mineral ilegal por missionários</p>	<p>Quem é o autor da fotografia?</p> <p>Mauro thibau é o titular dos direitos da fotografia, por ter acumulado-as?</p> <p>Direito de imagem indígena.</p> <p>As pessoas fotografadas tem direito de imagem?</p>
<p>ONDE</p>	<p>Campo aberto com vegetação e floresta ao fundo</p>	<p>Aldeia Ianomâmi, situada na região de Roraima</p>		
<p>QUANDO</p>	<p>Durante atuação no ministério (1964-1967)</p>	<p>Janeiro de 1967</p>		

O QUE/COMO	Fotografia posada	Fotografia tirada com o intuito de registrar/publicizar a atuação de Thibau enquanto ministro	nortes americanos	
CATEGORIA	Fotografia indígenas			

Fonte: Arquivo Pessoal Mauro Thibau.

Algumas análises podem ser realizadas após esse mapeamento das fotografias do arquivo Mauro Thibau. A primeira delas é o recorte e escolha dos itens. As imagens foram selecionadas após uma avaliação das fotografias que compõem o acervo fotográfico do engenheiro, onde foram selecionadas as imagens que menos tinham informações e as que mais implicavam em fatores externos, foram as imagens com a presença de crianças e indígenas, que será tratado na sequência.

Outro ponto importante é a diferenciação entre o direito autoral da imagem, com o direito a imagem, que são dois casos distintos. O direito autoral sobre imagens está ligado a ideia de quem possui o direito de utilizar aquela imagem, enquanto o direito a imagem, está ligado ao direito que tem a pessoa que apareceu em alguma imagem, em alguma foto, ou seja, os indivíduos que apareceram na foto têm de decidir se deixará sua imagem ser utilizada ou não. É importante lembrar, que no momento em que o fotógrafo está realizando fotografias, o direito autoral sobre aquela imagem é dele e não da pessoa que aparece nela, consistindo assim no direito de autor. Nesse mesmo sentido o Art. 46. diz que não constitui ofensa aos direitos autorais: “a reprodução de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros” (BRASIL, 2021a), garantindo assim o uso da imagem do acervo fotográfico de Mauro Thibau a partir de boas práticas e respeito.

Para além dessa discussão, dois outros pontos são importantes de serem discutidos: a veiculação e uso das imagens de indígenas e crianças.

A noção do registro por meio de câmeras é algo que esteve presente por parte da sociedade nacional. A relação do homem branco com o índio sempre foi cercada por conflitos. Nesse sentido a proteção autoral e direito de imagem indígena começou a ser analisada visando preservar e respeitar o indivíduo.

Apesar do Direito digerir com dificuldade a ideia de coletividade, posto que está estruturado de forma a proteger interesses precipuamente individuais, esta noção já vem sendo consolidada, no campo do Direito Indígena, desde pelo menos a promulgação da Constituição de 1988 arts. 231 e 232. (BAPTISTA; VALLE, 2004, p. 9)

De acordo com o artigo 16 da Lei nº 9610/1998, o uso de uma obra pode ser livre mesmo que sem autorização do autor (BRASIL, 2021a). Mas tratando-se de uma obra indígena a primeira a se pensar é se esse o uso depende ou não de autorização, visando evitar problemas jurídicos. Outra questão que surge é: para quem solicitar o uso?

A Portaria nº 177/ Pres, de 16 de fevereiro de 2006 o presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.645, de 25 de março de 2003, e visando o respeito aos povos indígenas, a proteção de seu patrimônio material e imaterial relacionados à imagem, criações artísticas e culturais e em seu art.5, inciso X da Constituição Federal de 1988 o qual garante a proteção do direito de imagem das pessoas.

Em relação às fotografias que registram indígenas, é importante entender contexto o qual ela foi captada. Se por exemplo o registro tenha sido feito em um local público e retrata um conjunto de pessoas, ou uma pessoa dentro de um contexto maior, entende-se que não é necessária a autorização da imagem.

De fato, quando um indivíduo é retratado em lugar público, ou durante acontecimentos sociais, este está naturalmente sujeito a ter sua imagem veiculada, dentro dos limites do liame notícia-imagem, não tendo direito de reivindicar autorização prévia ou pagamento pela veiculação de sua imagem. Terá apenas o direito de buscar indenização no caso em que a imagem venha a ser divulgada de forma a afetar-lhe a honra ou a autoestima, caso em que terá havido abuso do direito de informar. (BAPTISTA; VALLE, 2004, p. 49)

Conclui-se que a partir do registro em um espaço aberto, onde o indígena seja fotografado, mas que ele não seja o foco da ação, não há intenção de ferir sua imagem. Ao perceber uma fotografia com a imagem do indígena, é necessário observar o contexto de produção da imagem, a intenção da mesma e referenciá-la da maneira mais precisa, informando elementos como etnia, tribo, entre outros dados.

No que tange a proteção da criança e do adolescente existe o respaldo jurídico por meio da Lei Federal nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) a qual garante

a proteção à imagem dos mesmos, entendendo como direito fundamental que deve ser protegido e verificado pelos profissionais da lei em caso de quaisquer demandas judiciais. Nesse sentido o texto do psicólogo judiciário e supervisor da Seção de Colocação em Família Substituta da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Walter Gomes de Sousa (2019) auxilia no entendimento da difusão indevida da imagem da criança e do adolescente:

Deve-se ressaltar, de forma veemente, o tratamento conferido pelo legislador constituinte ao princípio da proteção integral às crianças e adolescentes em seu artigo 227, reforçado ainda pelos artigos 4º, 6º, 15 a 18 e 71 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os quais asseguram às crianças e jovens o direito ao respeito e à dignidade em face da sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, “abrangendo a preservação da imagem e da identidade” (ECA, artigo 17). Especial atenção deve ser reservada ao artigo 5º da referida Carta Magna, que assevera ser todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. (SOUSA, 2019, p. 02)

Deve-se estar atento e atualizado a respeito da bibliografia sobre o direito de imagem do indígena e da criança e do adolescente a fim de entender esse vasto campo de estudo e levar essas discussões para outros acervos, com mais cuidado no que tange a divulgação dessas fotografias.

PRODUTO

Como resultado da pesquisa, um manual foi pensado como uma ferramenta que poderá auxiliar o usuário do site da Memória da Eletricidade, no que tange ao acesso e ao uso das fotografias. O produto orientará os pesquisadores em como utilizar as imagens sem infringir nenhuma cláusula de direito autoral, garantindo o uso adequado do acervo. A ideia é promover a aproximação do arquivo com a sociedade.

Para a concepção desse manual foi utilizada a legislação brasileira de proteção autoral, o artigo *Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos* (2017), a publicação eletrônica *Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas* e os debates dentro da Gerência de Acervo e Pesquisa, a qual atuou.

Manual de boas práticas no uso dos arquivos fotográficos

O presente escopo do manual tem a finalidade de apoiar e auxiliar os usuários no uso e acesso das ferramentas e funcionalidades no campo das informações disponibilizadas pelo site da Memória da Eletricidade, tendo o foco dos arquivos fotográficos da instituição. A ideia é que esse produto apareça como um *Pop-Up*⁴ para que o usuário do site leia e concorde com os termos e práticas da utilização das fotografias, a fim de dirimir as problemáticas da difusão na infraestrutura digital.

Introdução

Este instrumento tem como objetivo auxiliar os usuários sobre as boas práticas em relação ao acesso e uso das fotografias digitalizadas e disponíveis para consulta no site. A Memória da Eletricidade é uma instituição sem fins econômicos que tem como uma de suas missões a divulgação científica. A partir dos avanços tecnológicos e a presença do digital cada vez mais forte, principalmente por conta da pandemia da COVID-19, a instituição tem somado esforços para colocar seus acervos disponíveis para consulta, virtualmente. A decisão de

⁴ Tipo de janela que abre ao acessar uma página virtual.

difundir o seu acervo em ambiente digital tem como finalidade democratizar seus acervos e cumprir o papel que os arquivos tem na sociedade.

Cadastro

Para efetuar cadastro no site da Memória da Eletricidade (<https://www.memoriadaeletricidade.com.br/>) o usuário deverá se inscrever para ter acesso a plataforma online, por meio de *login* e senha. O pesquisador(a) deverá preencher uma ficha com dados cadastrais (nome completo, endereço eletrônico, telefone para contato, formação acadêmica, instituição/entidade e senha. Os dados serão guardados e utilizados pela equipe administradora do acervo para qualquer questão que possa surgir.

Consulta ao acervo

O acervo fotográfico disponibilizado no sistema da Memória da Eletricidade, pode ser consultado nessa ordem: Página inicial> Acervo> “Explore o Acervo da Memória da Eletricidade”> Iconografia> Mauro Thibau (palavra-chave). Após a filtragem, o usuário terá acesso às fotografias já inseridas no sistema e organizadas por dossiês. Lembrando que para o uso das fotografias, o usuário deverá estar **logado**.

Local do usuário

No espaço dedicado ao pesquisador, poderão ser criadas pastas com os documentos que lhes forem relevantes, assim como os “favoritar”. Cabe ressaltar que a equipe do acervo estará sempre à disposição para sanar dúvidas que possam surgir.

Uso das fotografias

Para utilizar as fotografias do acervo, é necessário que o pesquisador entre em contato com a equipe de Acervo e Pesquisa, solicitando a permissão. Consequentemente, os profissionais da Memória da Eletricidade enviarão um termo a ser preenchido e assinado pelo usuário, com informações sobre o objetivo do uso do(s) material(ais) selecionados. Assim que liberado, o solicitante poderá fazer o *download* do arquivo.

Direitos e deveres

O Manual de Boas Práticas criou diretrizes para que todo e qualquer usuário possa acessar e utilizar o acervo fotográfico da instituição respeitando a ética e a legislação em relação ao documento. Segue algumas obrigações do pesquisador/ usuário em relação ao acervo da Memória da Eletricidade:

- O usuário que publique a fotografia em qualquer forma de conteúdo (Ex.: trabalho científico/ acadêmico, postagem em rede social, publicação) deverá atribuir os créditos à instituição custodiadora do acervo, mediante a sua autorização;
- A fotografia não deve ser alterada pejorativamente;
- O usuário deverá ter conhecimento das leis de proteção das fotografias, descritas abaixo:
 - Direito patrimonial: não se beneficiar economicamente do documento.
 - Direitos de autor: apenas o autor tem o direito de autorizar a sua utilização por parte de terceiros.
 - Direito moral: o autor é o único com direito a modificação da obra, os quais são inalienáveis e irrenunciáveis, mesmo após entrarem em domínio público.

Para mais informações sobre a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, acesse:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm

O direito ao acesso à informação

O direito ao acesso à informação garante ao pesquisador a consulta aos documentos necessários. Datada a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011) – a Lei de Acesso à Informação (LAI), garante no art.8 que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.” (BRASIL, 2021a)

Segundo Saraiva, Pereira e Lopez (2017, p. 263):

(...) a LAI é pautada no conceito de cultura da transparência e acesso à informação, em oposição ao conceito de cultura do segredo, que eivado de excessiva preocupação com o uso da informação pela sociedade, parte do princípio de que a circulação de informações representa riscos. Esta noção favorece a criação de obstáculos para que as informações sejam disponibilizadas.

Portanto é dever do profissional da informação desenvolver a difusão reconhecendo como tarefa primordial colocar a lei em prática. da lei. Deve-se focar nas demandas e direitos da sociedade que busca informação com o objetivo de melhor desempenhar seu ofício, compreendendo os deveres e direitos do acesso à informação seguindo o percurso de democratização e desenvolvimento político-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no decorrer dessa pesquisa, o estudo acerca da divulgação dos documentos fotográficos em ambiente virtual, necessita de uma análise aprofundada e diretrizes norteadoras. É primordial, desenvolver ferramentas para que a difusão seja realizada respeitando tanto o acervo, quanto seus usuários.

Compreender primeiramente as características da instituição custodiadora e das fotografias aqui trabalhadas, se fez necessário para assimilar a história do local de guarda e maneira como as doações chegavam, não priorizando na época a formalização. Após alguns anos, com a chegada de arquivistas no escopo de atuação é que esses documentos fotográficos começaram a ser tratados com um olhar mais especializado.

Recuperar o contexto biográfico do titular do acervo, o engenheiro e político das Minas e Energia Mauro Thibau teve grande relevância para pesquisa. Por meio de sua trajetória profissional enquanto ministro do presidente Castello Branco, entre as datas de 1964 e 1967, pode-se perceber que a maior parte das fotografias acumuladas pelo titular, são datadas desse período o ministério. Entende-se que elas tinham uma função de publicizar suas ações. Outras, acredito que sejam cópias que Thibau guardou.

Investigar os documentos que fazem parte do arquivo pessoal do engenheiro, tanto textuais quanto fotográficos, auxiliou na identificação das imagens, e na recuperação da informação perdida, no momento em que elas foram desmembradas. Após o levantamento desses dados, foi possível selecionar seis imagens que se mostraram como com uma maior complexidade no que tange sua divulgação na *web*. Foi em cima desse recorte de fotografias que eu me debrucei para propor soluções para a difusão das mesmas.

No que tange ao ambiente em que as fotos serão disponibilizadas para acesso e uso, se fez necessária uma análise da estrutura do primeiro site e do atual, comparando os avanços e as funcionalidades que hoje, a instituição dedica para a difusão do conhecimento. Um espaço para que o usuário consiga organizar sua pesquisa, com ferramentas que o permitem, dentro da plataforma, selecionar e solicitar o uso das fotografias do acervo da Memória da Eletricidade.

Diante do panorama estabelecido, foi desenvolvido um esboço do Manual de Boas Práticas no Uso dos Arquivos Fotográficos, baseado na legislação e na proteção dos itens. Informar os usuários do site em relação ao acesso e uso dos acervos fotográficos da entidade

estudada, é uma forma de garantir a democratização dos documentos, e comunicar sobre os direitos e deveres que o pesquisador possui dentro do *website*. Ao mesmo tempo, o manual respalda juridicamente a Memória da Eletricidade acerca de qualquer uso indevido do acervo e cumprindo o seu objetivo de garantir a democratização dos acervos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil, 1989.

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBURQUERQUE, Ana Cristina de. *Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2006.

BAPTISTA, Fernando Mathias; VALLE, Raul Silva Telles do. *Os povos indígenas frente ao direito autoral e de imagem*. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. *Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica*. Cadernos BAD, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

BRANCO, Sergio. *Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/Direitos-autorais-na-internet.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRANCO, Sérgio. *Memória e esquecimento na internet*. Porto Alegre: Arquipélago, 2017.

BRANCO, Sérgio. *O domínio público no direito autoral brasileiro: uma obra em domínio público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/O-Dominio-Publico-no-Direito-Autoral-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. In: Portal da Legislação. Brasília: Presidência da República, [2021a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm#art115. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2021b]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Ed. SESC SP, 2015. (Sesc Culturas).

CAMARGO, Ana Maria Almeida.; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAPURRO, Rafael.; HJORLAND, Birger. *The concept of information*. Annual Review of Information Science and Technology, v. 37, p. 343-411, 2003.

CARMO, Raphael Bahia do. *Proposta de plano de classificação dos documentos de arquivo das atividades-fim do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil*. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Guia de Arquivos Pessoais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2019. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/publicacoes/@id/19992>. Acesso em: 16 nov. 2021

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Mauro Thibau: a trajetória de um ministro*. 1. ed. Rio de Janeiro, 1997.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Memória da Eletricidade*, Rio de Janeiro, c2022. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2022.

COX, Richard J. *Arquivos Pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017

FREITAS, Bruna Castanheira de; VALENTE, Mariana Giorgetti (org.). *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa: FAPERJ, 2012.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2018.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2008.

LACERDA, Aline Lopes de 2012. *A Fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais*. História, Ciências, Saúde. 2012, p. 283-302.

MANSO, Eduardo Vieira. *A Informática e os direitos intelectuais*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1985.

MARIZ, Anna Carla Almeida; DUTRA, Marianna da Silva. *Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais*. ÁGORA: Arquivologia em debate, 2018.

MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Thaís. Batista da. *Documentos fotográficos em arquivos pessoais: construção teórica e tratamento*. In: Anna Carla Almeida Mariz; Sofia Brunero; André Malverdes. (Org.). *Archivos fotográficos: reflexiones sobre su abordaje archivístico*. 1ed. Córdoba - Argentina: Red de Archiveros de Cordoba - REDE, 2018, v. 1, p. 30-53.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. *Direitos autorais*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019. (FGV Jurídica).

PIMENTA, R. M. *O desafio contemporâneo a tânatos: a dialética entre acumular e preservar a informação*. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 12, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n1.32755. Acesso em: 01 abril 2022.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-33, 1997.

ROUILLE, André. *A fotografia: entre o documento e a arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac SP, 2009.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria B. *Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância*. *Anos 90*, Porto Alegre, v.27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>

SANTOS, Amanda Carvalho dos. *Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: diagnóstico do acervo de arquivos pessoais e proposta de uma política de aquisição*. 2018. Dissertação

(Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Manuella. *Direito autoral na era digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARAIVA, N. L.; PEREIRA, T. M. M.; LOPEZ, A. P. A. *Imagens e sensações: o acesso à informação em acervos fotográficos*. Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia), v. 40, n. 3, p. 261-271, 2017. DOI: 10.17533/udea.rib.v40n3a06 Acesso em: 02 abr. 2022.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da. *A representação da imagem*. João Pessoa: PBCIB - Pesquisa brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2017 (Resenha).

SMIT, Johanna Wilhelmina. *A representação da imagem*. Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40989>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Trad.: Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Walter Gomes de. A proteção legal da imagem da criança. In : TJDF: Brasília, [2019]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/a-protecao-legal-da-imagem-da-crianca>.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FAPERJ: FGV Ed., 2013.

VALENTE, Mariana Giorgetti; FREITAS, Bruna Castanheira de. *Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017. Disponível em: http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/livros/manual_direitosautorais_GT.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

WACHOWCIZ, Marcos; SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. *Estudos de direito de autor: a revisão da lei de direitos autorais*. Florianópolis: Boiteux, 2010

ZANETTI, Camila Bruna; BONI, Paulo César. Um fotógrafo chamado “arquivo”: a complexidade dos direitos autorais da obra fotográfica. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.2, n.2, p.159-178, 2006.

APÊNDICE 1: Transcrição do depoimento cedido pela Gerente de Acervo e Pesquisa, responsável pelo arquivo pessoal Mauro Thibau, custodiado pela Memória da Eletricidade.

Entrevista Temática

Roteiro para a entrevista com a especialista em memória e acervo e responsável pelo arquivo pessoal do engenheiro Mauro Thibau, o qual é objeto de análise na minha pesquisa.

AC – Amanda Carvalho

BM – Bruna Martoni

- 1) Amanda, agradeço a sua disponibilidade em ceder algumas informações e ter aceito o convite para a entrevista. Para iniciarmos, você poderia contar um pouco da sua formação, sua trajetória profissional, até o presente momento em que você é a gerente de acervo e pesquisa da Memória da Eletricidade?
- 2) Você poderia falar um pouco da constituição dos acervos da Memória da Eletricidade, assim como o histórico da instituição, por favor?
- 3) No que tange o arquivo pessoal do Mauro Thibau, você poderia comentar sobre a documentação salvaguardada e um pouquinho da relevância desse acervo para a história do setor elétrico e do país?
- 4) Com foco na elaboração da pesquisa, você poderia falar sobre o conjunto fotográfico e as questões da disponibilização, em meio digital, dessa documentação?

Entrevista com Amanda Carvalho sobre o arquivo pessoal Mauro Thibau

Transcrição

BM: Amanda, muito obrigada por você ter aceitado o convite. Essa entrevista será realizada para o Laboratório de História Oral, uma disciplina que faz parte do mestrado da Casa Rui, onde a gente está colocando em prática os conhecimentos e toda a metodologia da História

Oral. Te agradeço e eu vou te mandar depois um documento com a sua autorização de imagem e uso som, para que fique tudo formalizado e tudo ok?

Então vou começar agradecendo a sua disponibilidade, eu gostaria que você começasse a falar um pouquinho sobre a sua trajetória, sua formação, para a gente iniciar assim. Conta um pouquinho quem é você, quem é Amanda Carvalho, onde você atua, sua formação, só pra gente ter uma ideia.

AC: Tá, vamos lá. Eu sou historiadora e arquivista. (Entrevistada sugere a utilização da máscara, pois ela está em trabalho presencial). Acho que pode atrapalhar na transcrição.

BM: É, pode ser. Como preferir.

AC: Como falei, meu nome é Amanda Carvalho e sou formada em história pela Uerj, em arquivologia pela Unirio. Também sou mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Unirio. Minha trajetória profissional começou na Casa de Oswaldo Cruz, na Fiocruz. Assim que eu terminei a faculdade de história, eu entrei para trabalhar em um projeto de organização de documentos de acervos pessoais da Casa de Oswaldo Cruz e fiquei lá por dois anos mais ou menos e foi nesse projeto que eu comecei a me interessar pela área de arquivologia, de acervo e documentação. E conversando com alguns profissionais que trabalhavam comigo nesse projeto, que era um projeto composto por cerca de 10 profissionais, 5 da área de arquivo, e a outra metade da área de história. Esses profissionais me indicaram, antes eu pensei em fazer alguma especialização na área, mas eles indicaram que era importante para a minha formação ter a graduação de arquivologia. E foi quando eu me aventurei a fazer o Enem, para tentar fazer arquivologia e eu entrei. Eu já trabalhava numa instituição, no Porto Maravilha com Arte e Educação e tentei conciliar de alguma forma esse trabalho que era um dia na semana com o trabalho de acervo, de arquivologia que eu estava começando aprender a adquirir experiência, e foi quando eu entrei na Memória da Eletricidade em um estágio. Então assim, uma sorte, estou aqui até hoje. Quer dizer, sorte não. Porque tem pessoas que passam por uma série de instituições e eu não passei por tantas assim. Eu passei só pela Fiocruz e pela Memória.

Então, eu entrei como estagiária e na Memória, eu comecei a trabalhar com arquivos corrente e intermediário, com documentações administrativas da Memória, mas também com acervos históricos que a Memória tinha na época. Depois disso, eu fui contratada como arquivista da instituição, já formada e depois disso eu entrei na Gerência de Acervo e Pesquisa e estou até hoje nessa área. Eu entrei nessa área de Acervo e Pesquisa em setembro de 2019, eu entrei na

Memória em setembro de 2014, então é um mês que define minha vida. (Risadas) Na Memória da Eletricidade, setembro eu entrei no cargo de gerente. E é isso, de formação eu fiz meu mestrado em gestão de documentos e arquivos, onde eu falei sobre arquivos pessoais. Na verdade, na Memória da Eletricidade, eu sempre me interessei pelos arquivos pessoais e quando eu entrei, ela tratava o acervo dela como coleção, mas a gente começou a discutir essa questão, do arquivo, o que é fundo de arquivo e o que é coleção. Na época eu tinha orientação da Fernanda Monteiro que é uma arquivista e professora da Unirio. Ela foi arquivista da Memória, e a gente trocava essa bola. No meu mestrado eu fui para discutir essa questão fundo-coleção, que é uma coisa que eu terminei meu mestrado entendendo pelos profissionais que participaram da minha banca, que na época era a Maria Celina e a Aline Lacerda, que é uma questão que ainda precisa ser abordada na área de arquivologia, né? Recentemente eu fiz um curso da Ana Maria Camargo também que falava sobre isso. Muita gente trata fundos de arquivos, arquivos como se fossem coleção e vice-versa. Entender isso, se embaralha muito mais quando a gente fala de arquivos pessoais. Eu entrei para falar disso, mas acabei não encontrando uma política de aquisição. Então no final do projeto, do mestrado a gente fez uma política de aquisição dos acervos pessoais da instituição, que até então, não tinha.

BM: Entendi, Amanda. Perfeito. E aí nesse contexto da Memória da Eletricidade, da sua entrada, você já está há muito tempo, poderia contar como a Memória da Eletricidade surgiu, o histórico da instituição, a formação dos acervos, como ela se tornou essa instituição de referência e o propósito dela?

AC: A Memória da Eletricidade nasce na data de 1986, numa iniciativa principalmente do presidente da época da Eletrobras, que era o Mário Bhering. Ele tinha esse projeto em mente e mobilizou instituições, empresas do setor elétrico para a criação desse espaço de memória, que a princípio tiveram várias negociações e várias reuniões na época. Temos até alguns documentos que mostram isso para entender o que seria esse espaço, seria uma fundação, uma associação, um museu, como eles iriam tocar esse projeto. E tinha como norte principal aquela história da memória do Setor Elétrico em âmbito nacional. E aí o que acabou culminando, fechando que essa instituição é uma instituição sem fins econômicos e que na época, até entrevistando algumas pessoas que estavam presente no projeto, até para o meu mestrado, eu fiz as entrevistas para entender como foi esse processo, eu pesquisei e essa área que eu trabalho não se chamava Gerência de Acervo e Pesquisa, se chamava Centro de Referência. Na verdade, a Memória nasce com alguns projetos no escopo de atuação dela. Ela nasce com o projeto do Guia de Fundos Documentais do setor elétrico que era um trabalho onde profissionais da

Memória passavam por todas as empresas do setor, realizando um mapeamento e uma identificação de que acervos cada uma dessas empresas possuía. Lógico que eles identificavam como era o estado de conservação desses acervos e até outros projetos surgem a partir disso, mas a ideia era a produção de um guia de acervos documentais do setor e paralelo a isso justamente vinha o Programa de História Oral da Memória da Eletricidade, um programa muito robusto, nós temos mais de 300 depoentes na casa e ele começou primeiro projeto, sobre os antecedentes da criação da Eletrobras. Então esses dois projetos, foram os projetos fundadores da instituição e que na verdade, a instituição se compõe a partir deles. Até hoje, nós já temos algumas outras ações, mas a instituição tinha a área de referência e a área de pesquisa da história oral inserida ali. Por que eu estou falando da criação de como isso foi acontecendo. Na época a área se chamava Centro de Referência, porque não tinha muito cabimento você falar de memória e de acervos em âmbito nacional e pensar em ter um espaço para acondicionar esse material. Isso não tinha cabimento, mesmo, não tinha sentido. Era mais fácil você continuar indo nas instituições e depois que a Memória entendesse o que tinha ali, ajudasse os profissionais dessas empresas a mapear e trabalhar com esses acervos. Como deveria ser preservado, ajudasse a eles, mas não tinha espaço para trazer pra cá. E o programa de história oral começa com esses projetos, trazendo para dentro da Memória grandes personalidades da história do setor. Ao passo que a gente não poderia ter acervo na época, nós tínhamos esse programa de história oral que foi crescendo e que essas grandes personalidades chegavam aqui, começavam a contar a sua história e começam a falar: “olha eu tenho um acervo”, “olha eu tenho uma documentação bacana”, e isso acaba vindo para a instituição. Ela começa a pegar esses acervos, muito no âmbito de um subsídio para a construção da pesquisa em torno do projeto de história oral, mas depois de forma mais institucionalizada mesmo. A Memória começa a receber acervo desde o momento em que ela é criada, desde que começam os projetos, mas a formalização desse acervo começa a ser feita apenas em 1988, alguns anos depois, que começam aparecer os contratos de formalização, na instituição. Esses acervos entravam na instituição sem nenhum tipo de critério e foram sendo guardados no cantinho, servindo de subsídio para a pesquisa, mas sem nenhum tipo de organização, de acondicionamento correto, nenhum tipo de trabalho com essa documentação.

BM: O uso, certo?

AC: Sim, nada. Colocava-se dentro de uma caixa de papelão, caixas box, identificando acervo Lucas Lopes, acervo Mauro Thibau, acervo Octávio Marcondes Ferraz. E isso foi ficando de lado. A gente sabe que essas duas primeiras produções foram chegando assim. Tem também

algumas documentações que chegaram no âmbito de projetos. A Caeab a gente chegou a fazer um projeto de organização do acervo, que é Companhia Auxiliar... Ca-ee-b.

BM: Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras.

AC: Isso!

BM: São muitas siglas.

AC: É, até eu gravar..., mas enfim a Caeab já estava em um período de fechamento, acabando a empresa, a instituição, e começamos a organizar um acervo deles e a partir dessa organização quando a instituição fechou as portas, esse acervo veio para cá. Foi um acordo com o Arquivo Nacional e parte desse acervo da Caeab veio para a instituição. Também outro acervo que chegou com empresas que ligavam e diziam “Oi, a gente tem uma documentação aqui que a gente quer jogar fora, descartar. Vocês querem dar uma olhada?” E a Memória acabava olhando e trazendo para instituição para recuperar esse material, também sem nenhum tipo de critério, nem diretriz em relação ao recolhimento desses materiais. E aí foi isso, a gente começa a acumular um acervo documental muito vasto e interessante, mas sem muita noção do potencial informativo que essa documentação possui, focando no Programa de história Oral, tocando a produção de livros da história do setor e para a pesquisa em pleno vapor, se utilizando desse material quando necessário. A reboque, trazendo cada vez mais material, porque o programa de história oral era uma porta de entrada e a instituição nesse período. Ah! Você deve se perguntar, porque ela não parou e foi organizar o que foi chegando? Porque com esse mapeamento que começou a ser feito os profissionais que trabalhavam no Centro de Referência, na época eram umas três pessoas, focaram suas atividades no desenvolvimento de projetos para as empresas do setor. Então, a Eletrobras estava com uma documentação em um estado deplorável, em um porão precisando de organização. A equipe que fazia o projeto ia lá organizar o acervo da Eletrobras, estava lá organizando o acervo da Caeab, o acervo do Dnaee. A equipe da Memória não conseguia organizar o que estava chegando aqui dentro. Estavam focados no que as empresas estavam solicitando na época, dada a documentação deles. Não tinha corpo técnico suficiente. E isso foi ficando para segundo plano até que em algum momento, alguém, não sei, não posso dizer com certeza. Talvez a Leila Lobo ou a própria Solange Balbi, resolveu dizer “olha precisamos organizar esse acervo aqui. Vamos focar”. Foi quando a instituição, eu acho que em 2014, dedicou-se apenas em organizar a documentação de fatos, os arquivos pessoais. Para não dizer que não tinha nenhum tipo de organização da parte interna, a equipe de

comunicação que na época não era a comunicação mais corporativa que a gente vê hoje, uma comunicação que tinham profissionais com foco mais cultural.

BM: Em divulgação né?

AC: É, de divulgação cultural, tinham museólogos na área, enfim. Eles começaram a trabalhar com a documentação iconográfica. Então para não dizer que nada foi organizado, teve um tipo de organização. Mas isso também foi muito complicado, porque eles para organizar essa documentação iconográfica, eles fragmentam esses conjuntos documentais. Mas Amanda, o que você quer dizer com isso? Por exemplo, chegou aqui o acervo do Lucas Lopes. Eles abriam, achavam fotos, retiravam essas fotos, ou seja, você retira a foto no contexto de produção e acumulação da documentação e esquece o documento que estava junto que pode subsidiar na identificação dessas imagens, separa, faz a sua identificação e fica estanque da documentação textual. E eles fizeram isso em uma série de acervos. Então assim, se organizou a documentação iconográfica, mas não da melhor forma possível.

BM: Então a instituição, anteriormente, se preocupava muito mais com a questão da conservação do suporte e desmembrava, é isso?

AC: Não sei se era uma questão de conservação do suporte, mas eu acho que a fotografia tem um apelo muito grande. Outra coisa, a fotografia é um subsídio para a produção de pesquisas que estavam acontecendo, os livros, um material iconográfico super rico que eles utilizaram. Acho que nesse momento, eu não sei dizer o que levou a separação da documentação, mas eu acredito que pelo apelo que a fotografia e também pode ser por um caráter de conservação, tinham museólogos na área que sabiam que para a fotografia seria muito mais danoso, ficar naquele conjunto documental só identificado por pessoa, por procedência. E eu nem lembro mais da sua primeira pergunta, que eu estou falando aqui eternamente. (Risadas)

BM: (Risadas) Eu perguntei sobre a constituição dos acervos da Memória. E aí, nesse sentido eu queria te fazer uma outra pergunta. O instituidor da Memória era o Mario Bhering que também foi presidente da Eletrobras e esse é um fato importante para a gente entender o contexto, porque ele enquanto referência no setor elétrico, ele indicava a Memória enquanto uma instituição de referência, acabou que ele se coletou, não sei se essa é palavra mais adequada. Ele acumulou muito material porque as pessoas se sentiam seguras de doar seus acervos para a Memória, que é o caso do Mauro Thibau, acredito eu.

AC: Sim. O Mauro Thibau foi um dos acervos que a gente recebeu quase uma doação completa e é um acervo que na verdade gerou um dos poucos inventários que a Memória da Eletricidade tem dessa época. A Memória da Eletricidade, a partir do programa de história oral, gerou uma série de livros, produzidos a partir das entrevistas. Mauro Thibau não foi diferente. A única diferença do acervo do Mauro Thibau é que atrás dele vem um inventário do acervo do Mauro Thibau que nenhum outro tem. Por mais que a gente tenha acervo dessa galera. Então a gente tem um inventário da documentação. Amanda, você gosta de como está a documentação nesse inventário? Não, não gosto. Ele é bem complicado na identificação do material, sem nenhum tipo de organização por trás disso, tá? E o acervo do Mauro Thibau é bem legal, pois é bem completo. Ele tem fotografia, produção textual, enfim ele é um acervo bem interessante. Eu não vou lembrar a dimensão exata do acervo. Eu abri um documento para eu falar, deixa eu ver aqui se eu consigo achar. (Entrevistada procura as informações precisas)

BM: Ele é bem relevante né, porque além de uma carreira no setor elétrico ele teve uma carreira também na política, enquanto ministro do Castello Branco. Então isso acumulou um conjunto documental, não vou usar a palavra “massa”, mas um material de grande relevância para a história do Brasil mesmo, para a história política brasileira.

AC: Só para falar, que enrolei aqui um pouquinho, ele começou enquanto estagiário na Caeab, que é como se fosse a Eletrobras hoje. Ele passou por uma série de instituições, de empresas do setor. Ele passou, tenho quase certeza pela Cemig, pela Chesf, participou da Comissão do Vale do São Francisco. Calma aí que eu vou colar e dar a certa. (Risadas) Ele foi diretor da Cemig, com a posse da presidência da república do Castello Branco, ele foi indicado para o Ministério das Minas e Energia. Então se eu não me engano, peraí que eu vou colar. De 17 de abril de 1964 ele fica à frente do ministério. E o setor elétrico tem fases importantes, começa com capital privado, depois a gente tem o momento de estatização do setor, e nessa história o Mauro Thibau, atua efetivamente na compra da Amforp (telefone tocando ao fundo, e a entrevistada ignora) e que foi um dos passos principais para efetivação da Eletrobras e ele participa desse processo. Deixe-me ver no que mais ele foi importante.

BM: Eu fiz uma pesquisa, porque esse é meu objeto de estudo e tem a questão dele representando o Brasil junto ao Paraguai na Itaipu Binacional. Ele, junto ao Stroessner, tem muita fotografia dele com essas personalidades. Para te explicar, o meu objeto de estudo é o conjunto de fotografias dele. Eu até te peço para você comentar um pouco sobre essa questão das fotografias, pois existem várias pessoas públicas presentes nas fotos, e às vezes a instituição

pode ter alguns problemas né? Mas antes eu queria te pedir, se não for te incomodar, se você concordar, para falar um pouquinho do acervo textual, acervo iconográfico, o que tem? Relatório, o que você encontra mais? E focar um pouquinho nessas imagens. E até expor como a instituição promove a difusão desse material para o público e contar também, um pouco sobre esse novo momento que a instituição se encontra, de ter inaugurado um site, de estar inserida no mundo digital, no ambiente virtual e esses anseios e medos em relação a essa disponibilização dessas fotografias na web? Foram muitas perguntas, desculpa. (Risadas)

AC: Acho que eu entendi mais ou menos. (Risadas) Eu acho que é isso, já que você está estudando o Mauro Thibau você deve saber muito mais da vida dele do que eu e eu sei que ele é referência no setor e passou por grandes empresas, e por um cargo político muito importante em uma época que foi essencial para o desenvolvimento das instituições elétricas. Em relação ao acervo, que foi a sua primeira pergunta né? É um acervo grande, recebemos grandes acervos maiores que o dele, como o do John Cotrim, mas o acervo do Mauro Thibau tem 336 conjuntos documentais de gênero textual e mais de 300 fotografias. A maior parte dessa documentação faz referência a atuação dele, frente ao Ministério das Minas e Energia, que foi de 1964 a 1967, que é um recorte pequeno. Mas existem muitas visitas e imagens como ministro, em um período essencial para o desenvolvimento do setor, portanto é uma documentação importante. E é uma documentação complicada de trabalhar não só por questões de organização e identificação, mas também a título de difusão, de disponibilização desse material. É uma documentação que tem muita gente, falando de uma forma bem clara e simplista. É complicado você disponibilizar essas imagens dessas pessoas na internet e algumas pessoas que a gente nem reconhece. A gente pode expor essas pessoas ou não pode? Outra coisa que acontece muito é que no acervo fotográfico o Mauro Thibau está em fotografias com o Octavio Marcondes Ferraz, e o Octávio Marcondes, para caramba. Só que o Octávio também tinha seu acervo pessoal. Os fotógrafos tiravam as fotos e distribuía para esses gestores. O acervo do Octávio Marcondes Ferraz é um grande parêntese que a gente tem porque grande parte desse acervo está no CPDOC e são as mesmas fotos que estão com a gente aqui. Nós entendemos que essas fotografias, principalmente para a arquivologia, são diferentes no contexto de produção e acumulação, mas as imagens são as mesmas. Estou levantando questões aqui, mas qual é o direito que nós temos de uso, de divulgação desse material? Temos algum direito? Como o Mauro Thibau nos doou, ok. Mas o Octávio Marcondes, que tem fotografias na Memória e no CPDOC, mas eles também têm os seus direitos. Como isso acontece, como esse diálogo? Tem essas questões. Falando do acervo especificamente, ele reúne uma série de tipologias documentais, uma documentação

bem densa, muita correspondência, o que é importante porque ele era um importante nome no setor de energia elétrica, junto a Octávio Marcondes, Benedito Dutra, o próprio Castello Branco, enfim. São vários nomes e o conteúdo dessas cartas não é algo que a gente simplesmente digitaliza e joga online. Também deve ter uma certa... ainda mais hoje com a LGPD, pensar que conteúdo está sendo abordado dentro dessa documentação, para poder realmente disponibilizar isso para o público. E dessas fotografias tem a questão das viagens, na série de eventos, grande parte dele como ministro e eu acho que é isso.

BM: Muita fotografia de inauguração né?

AC: Total. Enfim é muita coisa, é um acervo vasto, é um acervo que não está totalmente disponibilizado na internet ou por questões de digitalização ou por questões de não sabermos o que podemos disponibilizar esse material ainda. Esse é um grande ponto de interrogação que nós temos e que nós não conseguimos resolver completamente. E é isso. Eu acho que hoje a imagem é uma grande questão é como já citei a LGPD, o textual também se torna uma questão. Disponibilizar esse material na internet é complicado, não é fácil, tem que ter um estudo e tem que trabalhar com bom senso na análise de conteúdo. É uma série de fatores que contribuem para a disponibilização segura desse material. Falando da Memória da Eletricidade, porque estou falando dessa disponibilização, é porque a Memória, até o ano passado, ela não disponibilizava seu material na internet. Então isso não era uma questão. A gente não disponibiliza na internet, nós tínhamos um site, um banco de dados, mas não tínhamos essa difusão. Disponibilizava, dava acesso. Quase um acesso passivo. O pesquisador nos procurava e a gente dava acesso, mas não jogávamos a documentação na web. Com a construção desse novo banco de dados e do nosso site, isso mudou de figura. Hoje você entra no site da Memória, tem a parte do acervo e lá você encontra fotografias. Então a gente começa agora a pensar o que podemos disponibilizar ou não. Com o agravante que a aquisição dessa documentação acontece de forma muito desorientada. Nem sempre nós vamos ter um contrato de doação do acervo. E não é só com a Memória, várias instituições de custódia passam por isso.

BM: É bem comum né?

AC: Sim. Quando eu fiz o mestrado e a política de aquisição, a gente fez um mapeamento não só nos nossos acervos e documentos, como a gente levantou uma série de informações tentando mapear de alguma forma o que a gente achava. Às vezes a gente tem o contrato, às vezes uma carta encaminhando a documentação, às vezes tem uma carta da Memória agradecendo a documentação, às vezes uma menção no relatório institucional dizendo “nós recebemos esse

ano o acervo de fulano”, mas não temos contrato, e por fim documentação que não possui nenhum registro de quando e como a documentação foi parar na Memória.

BM: Perfeito.

AC: Mas vamos lá. Opa, está tendo um delay, vou finalizar aqui. Então é isso essas fotografias são normalmente do Mauro Thibau com uma série de outras personalidades, inaugurações, visitas de usinas, instituições. A gente não está falando só do Mauro Thibau, a gente está falando de direito autoral, direito de imagem, a gente está falando de um leque muito amplo de solicitações, de pedidos.

BM: Até mesmo a respeito dos fotógrafos, talvez de empresas...

AC: Que às vezes nem está sabendo. Como ele era ministro a gente não sabe... algumas fotografias tem no verso quem tem o fotógrafo, mas muitas vezes não tem nada. Quem fotografou, foi da empresa que ele estava visitando? Alguém do ministério que estava fotografando-o? Para quem a gente dá esse direito autoral? E outra implicação que é uma questão: esses caras, ó parceiros. (Risadas) Quando eles estão acumulando documentos eles estão em âmbito institucional. É a mesma coisa que hoje, eu Amanda, eu vou fazer visitas e um fotógrafo tira a minha foto e eu vou acumulando coisas na minha casa, mas essa foto foi tirada no âmbito institucional. Esse é um documento que foi produzido pelo fotógrafo da Memória da eletricidade. Eu guardei uma cópia para mim, porque eu gostei da imagem, achei representativa. Naquela época isso era muito comum. Da mesma forma que hoje em dia a gente acumula a “midiazinha”, o documento digital, naquela época você enviava a fotografia. Essa documentação é deles, foi produzida por eles, em âmbito pessoal? Não foi. Mas essas coisas se misturam. Existe um direito da instituição? Pode ser, não sei. Esses inúmeros pontos de interrogação é que dificultam o processo de disponibilização difusão dessas imagens. Ou, ao menos, nos traz insegurança. A gente sabe que a Memória da Eletricidade não cobra pelas imagens, é uma instituição sem fins econômicos, então a chance da gente ser prejudicado pela reprodução dessas imagens é muito pequena. Mas a gente disponibiliza com total segurança, cumprindo todos os requisitos em relação ao direito autoral? Não. Então eu acho que essa é a grande questão.

BM: Perfeito, Amanda. Concordo com você em relação a difusão. São muitos atores envolvidos. Também tem essa questão que você falou sobre o âmbito de produção da foto, âmbito institucional, âmbito pessoal. Ele doou, mas era um documento institucional. Acredito

que na parte textual também haja esse problema. O objetivo da minha pesquisa é mapear essas questões e promover essa difusão mais segura, pelo menos no conjunto fotográfico. O motivo da escolha do conjunto fotográfico, é porque nós sabemos que a maioria das pesquisas buscam por imagem e fotografia. É uma grande demanda do público, do usuário. Mas eu vejo uma relevância nas fotografias acumuladas por ele, tanto da informação quanto também uma importância estética, porque tem fotografias lindíssimas e realmente a gente tem que estar na web, lógico que seguindo as boas práticas do seu uso e do seu acesso. Mas é importante disponibilizar, pois não faz sentido que essas fotografias fiquem guardadas. Então esse é o momento que eu estou. Está guardando e vamos retirar, e difundir de forma correta, pro usuário, para fomentar a pesquisa. Tenho certeza que vai acrescentar em muitos campos do conhecimento.

AC: O foco do profissional da informação tem que ser a difusão né? Você não guarda, você não organiza, você não sistematiza, você não trabalha com a informação quando estão guardados. Esse é o principal foco e nós estamos trabalhando com uma documentação histórica, com valor histórico e isso também tem um peso nessa documentação. Mas assim, pensando nessa questão do direito autoral, da análise, acho que a grande oportunidade é que estamos falando de um conjunto de documentos que é diferente. Porque quando a gente fala de direito a gente fica com umas regrinhas muito bem definidas. Se é assim, vai ser assim. E parece simples, mas não é, porque você não consegue identificar se é assim. E no meio do conjunto documental a gente vai ter 50 casos diferentes. Então como trabalhar? Lógico que não vamos chegar na raiz da questão, do certinho, completa, mas pode chegar em um denominador comum de como trabalhar com essas diversidades de produção e acumulação e entender que deve haver uma maneira mais segura simples e ágil de disponibilizar a documentação, sem tantos entraves. Lembrando que a gente está falando de uma documentação histórica que a gente não consegue chegar ao x da questão. E aí, isso fica guardado pra sempre?

BM: Tem uma questão também em relação ao domínio público. Ainda que estivesse em domínio público a gente teria as mesmas questões.

AC: É, não dá para colocar no mesmo balaio. Eu acho que a grande questão é que a gente pega a lei de direito autoral e tenta encaixar ela na nossa realidade. E isso não vai dar certo, porque a gente está trabalhando com uma documentação que é diversa. Eu vou conseguir pegar quem é quem e conseguir encaixar. Você consegue pegar mais informações e segurança para disponibilizar. Mas não vai encontrar uma documentação que vai estar zero de informações.

Lembrando que hoje, pensando no Mauro Thibau e na Memória da Eletricidade, eu desconheço familiar, nem contato para falar “querido, me ajuda”. A gente tem um documento de formalização que não chega a ser um contrato. A gente tem um monte de gente nestas imagens, temos essas fotos se repetindo em outros acervos, então assim, é bem complexo. E como eu falei, não é uma receita de bolo. Não vamos achar um manual, mas o ideal é estudar esse caso, especificamente do Mauro Thibau, que é o pior caso que nós temos em relação a disponibilização de imagem. Eu acho que se conseguir achar uma solução para o caso, que é o que você está estudando, eu acho que os outros ficam mais fáceis e aí vamos embora.

BM: Sim, e é minha intenção mesmo. A escolha do Mauro Thibau é justamente por ter essa complexidade na documentação dele. Depois é aplicado em outros conjuntos documentais e que com certeza encontraremos noutros problemas, mesmo o acervo do Mauro Thibau sendo muito grande, muito extenso, encontraremos também outras questões. Então, o que eu pretendo mesmo é desenvolver as questões quanto às boas práticas e uso e fazer um mapeamento para a própria instituição. Para a gente ter uma ideia do que a gente tem, quais os problemas existentes, o que nos falta informação e fazer esse trabalho. E você me ajudou muito com todas as informações que me deu. Te agradeço muito. Com certeza acrescentar na minha pesquisa, com as informações enquanto responsável pelo acervo.

AC: Melhora a minha fala, rebusca ela. (Risadas).

BM: (Risadas) E essas informações que infelizmente não temos, mas que você conseguiu por meio de uma entrevista que você fez, e eu estou aqui também te entrevistando para buscar mais informação enquanto responsável pelo acervo da Memória da Eletricidade e do arquivo Mauro Thibau. Te agradeço novamente pelas informações, elas são muito importantes pro desenvolvimento da minha pesquisa. Espero fazer um bom trabalho e vamos caminhar para colocar nossos objetivos, a disponibilização, uma democratização entre aspas, de uma maneira mais correta, mais próxima do ideal e que haja uma disponibilização, porque é um acervo bem rico. Obrigada e gostaria de deixar o espaço aberto para qualquer questão que eu não tenha abordado e que você queira falar.

AC: Não... acho que é isso. Estou à disposição para o que você precisar. Tenho me colocado, você sabe disso e acho que o Mauro Thibau é um grande desafio. Nas entrevistas que eu fiz com a Solange e com a Leila, depois vou até te passar, mas acho que nenhuma delas lembra do Mauro Thibau, de como foi. Então o acervo dele é um grande ponto de interrogação. Tendo

parâmetros e análise, pelo menos um “como fazer”, chegar lá, como devemos olhar essa documentação, já vai nos ajudar, uma solução. O ótimo é inimigo do bom.

BM: Concluindo, obrigada e mantemos o contato.

ANEXO 1: Carta de interesse da Memória da Eletricidade